



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA
NO AMAZONAS**



RELATORIO DE GESTÃO DO EXERCICIO DE 2010

MARÇO/2011



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO**

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO
AMAZONAS**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborada de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa nº 110/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

MARÇO/2011



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO
AMAZONAS**



SUMÁRIO

1.1 Relatório de Gestão Individual	5
Organograma da Superintendência Federal de Agricultura do Amazonas	6
Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010.....	6
2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade	8
2.1. Responsabilidades institucionais da Unidade	8
2.1.1. Competência Institucional	8
2.1.2. Objetivos Estratégicos	9
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	10
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	11
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	11
Análise crítica	52
A Superintendência Federal de Agricultura do Amazonas, faz uma previsão de gastos e realizações através do Plano Operativo – Pré-Proposta Orçamentária, porém o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estipula anualmente os recursos a serem disponibilizados a cada Superintendência. Esse valor estipulado é dividido por 12 meses e é destinado praticamente para custeio e deslocamento, daí a dificuldade de realizar serviços e/ou aquisições de materiais necessários a manutenção da SFA.	52
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	59
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	59
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes	59
2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital.....	60
2.4.1.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas	60
2.4.1.3 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	61
2.4.1.4	61
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	62
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.....	62
2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação	62
2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	63
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	64
2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	65
2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	65
2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	66
2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	67
3. Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	67
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	67
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios.....	68
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	68
5. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade.....	69
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	69
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	71
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	71
5.4 Quadro de custos de recursos humanos	72
5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	73
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	75

6 – Informação sobre as Transferências mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.....	75
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010.....	75
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	76
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes	76
6.1.3 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse.....	77
6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse ...	78
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de administração de serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.	79
A Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas, não possui um setor responsável pela atualização das informações no SIASG e SICONV. Quando se realiza um contrato, o Setor Administrativo faz o lançamento no Sistema SIASG, as informações sobre o mesmo, porém não há o acompanhamento das fases seguintes. Quanto a Convênios, Contratos de Repasse também não estão atualizadas no SICONV.....	79
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	79
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	79
9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	79
10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras.	82
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	82
11. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	84
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	84
12. Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação	86
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	86
13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs. 5.355/2005 e 6.370/2008.....	87
14. Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ.....	87
14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	87
14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	87
14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física.....	88
14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídica	90
14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária...	92
14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	92
14.7 Comunicações à RFB.....	92
14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	93
14.9 Declaração	93
Não se aplica ao gestor desta Unidade.....	93
14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB.....	94
15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a unidade jurisdicionada ou as justificativas para o seu não cumprimento.	94
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	94
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	95
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício	96
15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	97
B. Informações contábeis da Gestão (Parte B – do ANEXO II da DN TCU nº 107/2010) Declaração com Ressalva.....	98
1 Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada	98

Listas de tabelas e gráficos

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual
Quadro A.2.2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ
Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
Quadro A.14.3 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas
Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas
Quadro A.14.5 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas
Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas
Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ
Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB
Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
Quadro II

Quadro A.14.11 - Ações da RFB

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
Unidade Jurisdicionada

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no
exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no
exercício

Quadro B.1.1 - Declaração Plena do Contador

Quadro B.1.2 - Declaração do Contador com Ressalva

Quadro B.1.3 - Declaração Adversa do Contador

Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social

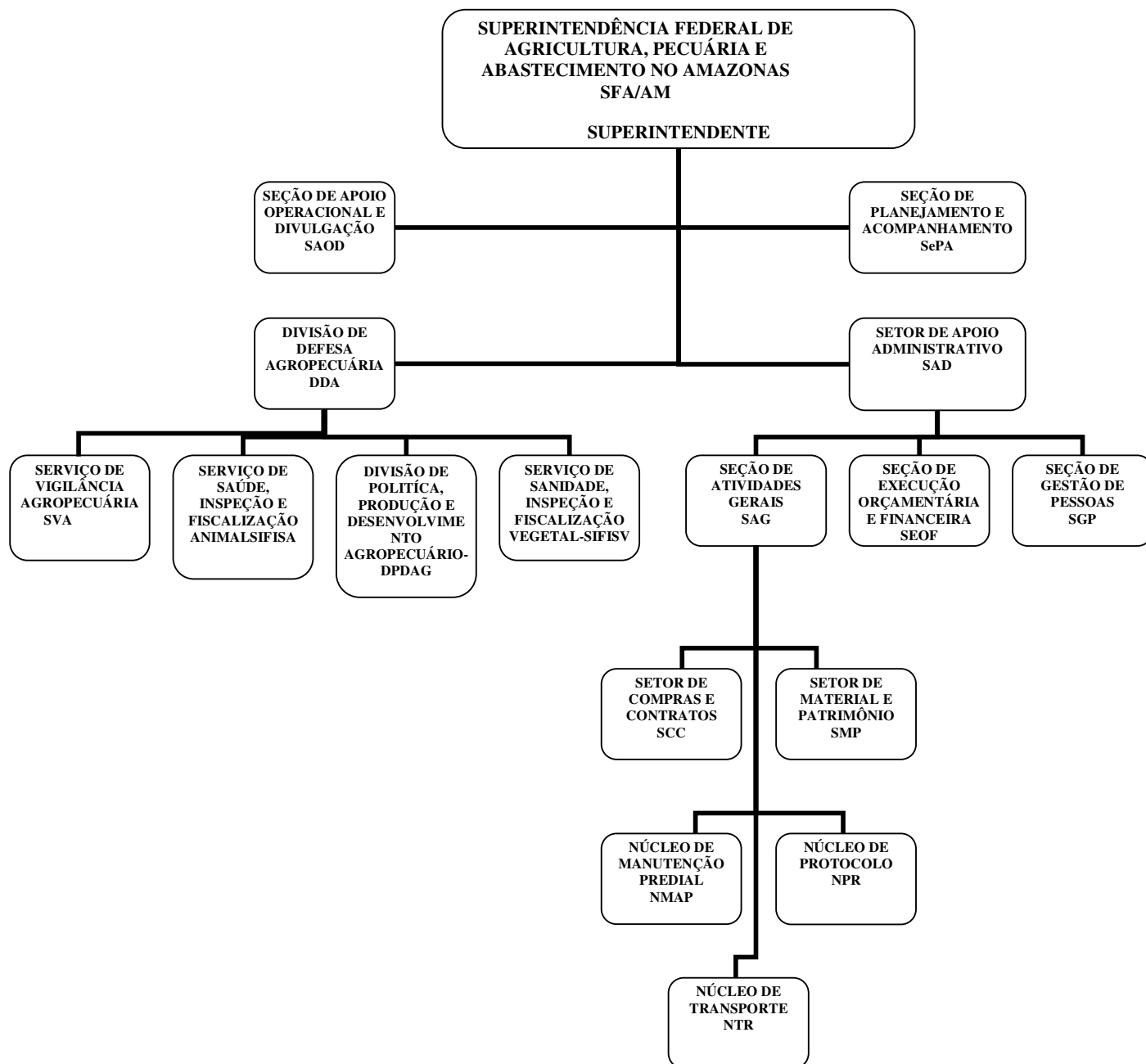
Quadro B.4.2 - Investimentos Permanentes em outras sociedades

1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas			
Denominação abreviada: SFA/AM			
Código SIORG: 2800	Código LOA:		Código SIAFI: 130090
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Agropecuária			Código CNAE: 7490-1/03
Telefones/Fax de contato:	(092) 4009-3800	(092) 4009-3801	(092)4009-3805
E-mail: gab-am@agricultura.gov.br			
Página na Internet: www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Maceió, 460 – Adrianópolis – Manaus/Amazonas			
CEP. 69057-010			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Portaria Ministerial nº 428 de 9 de junho de 2010			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.127, de 4 de agosto de 2010			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

Organograma da Superintendência Federal de Agricultura do Amazonas
Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010.





**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA
NO AMAZONAS**



Introdução

O *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA*, é um Ministério que está presente em todos os Estados da Federação através de suas Superintendências, fazendo parte da sua Estrutura Organizacional outros órgãos tais como: Companhia Nacional de Abastecimento – **CONAB**, Instituto Nacional de Meteorologia – **INMET**, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – **CEPLAC** e Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária – **EMBRAPA** e até meados do ano de 2009 estava de igual forma vinculado a Secretaria Especial da Pesca – SEAP que foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura – **MPA**.

Estas informações, por si só, já colocam esse **MAPA** como o maior Ministério do Brasil, pois o Setor Primário através do Agro Negócio vem permitindo ao longo dos anos um superávit na Balança Comercial do Brasil. E isto se deve em grande parte o poder de Aglutinação de todos os órgãos vinculados, pois somente assim temos uma junção de ações que em cadeia através de diretrizes específicas permitem um resultado final visível e com demonstrações de valores incontestáveis do avanço das ações do Setor Primário no Brasil. Com todos estes aspectos, temos uma Agricultura forte, pujante na busca constante de mecanização, em que pese, termos um País com grandes diversidades geográficas, dificuldades com a logística para que a produção seja colocada a disposição dos grandes centros consumidores do Brasil e do Exterior.

Não seria possível todo esse alcance desse **MAPA**, se a **CONAB** não estivesse presente como um órgão que possibilita ao Governo uma aquisição de eventuais excedentes e a conseqüente distribuição através de deliberações prévias a Estados, Municípios e outras entidades não governamentais. É indispensável que ao falarmos de grande produção façamos uma alusão a importância do **INMET** nas previsões do clima, que permite uma Agricultura com uma safra mais robusta, pois o plantio e cultivo estarão sendo efetuados dentro de parâmetros previamente estabelecidos em função das questões climáticas. A política do plantio e colheita do Cacau em todo o País tem o braço do Ministério através da **CEPLAC** que vem ao longo dos anos apoiando e orientando aos produtores através de técnica e disponibilização de fontes de recursos financeiros que lhes permitam uma plantação em áreas maiores e uma busca de qualidade e rentabilidade maior.

Todos os aspectos que envolvem o Setor Primário, não teríamos o progresso que hoje contemplamos se não fosse as pesquisas que tão necessárias e indispensáveis são, nos diagnósticos de eventuais pragas e busca de mecanismos que permita uma maior resistência aos frutos e desenvolvimento de novas espécies que se agregarão ao setor da agricultura.

No Amazonas, a Superintendência Federal de Agricultura representa o **MAPA**, executando todas as atividades emanadas de normas e diretrizes que são elaboradas com a finalidade de bem servir a nação, contribuindo com o progresso do país.

2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade

2.1. Responsabilidades institucionais da Unidade

2.1.1. Competência Institucional

As atividades e ações executadas pela Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas é de coordenar a execução das atividades e programas federais de defesa agropecuária e desenvolvimento rural, a saber:

1-Coordenar a execução das atividades da vigilância e fitossanitária

Profilaxia e combate às doenças dos animais e as doenças e pragas dos vegetais;

Controle do trânsito internacional e interestadual de animais e vegetais, suas partes, produtos e derivados dessas origens, materiais biológicos e de multiplicação animal e vegetal e de insumos agropecuários;

Educação sanitária;

Convênios, ajustes, acordos e contratos nas áreas de defesa agropecuária.

2- Promover a fiscalização da:

Produção, importação, exportação e comercialização de produtos veterinários e de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como dos respectivos estabelecimentos industriais, fracionadores, importadores e da comercialização;

Inspeção de produtos e derivados de origem animal e vegetal destinados ao comércio interestadual e internacional, inclusive dos respectivos estabelecimentos industriais, manipuladores e beneficiadores.

3- Controlar a operacionalização do sistema de coleta e transmissão de informações e dados sobre defesa agropecuária.

4- Articular em nível estadual, a integração de órgãos e entidades públicas e privadas em atividades ligadas à defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de produtos de origem animal e vegetal.

5- Coordenar as atividades relativas à preservação e melhoramento do patrimônio genético das espécies vegetais e animais.

6- Acompanhar o desempenho da produção agropecuária.

7- Promover a fiscalização da:

Produção, importação, exportação e comercialização de corretivos, fertilizantes, inoculantes e alimentos para animais;

Produção e comercialização de materiais de multiplicação animal e vegetal;

Prestação de serviços especializados à agropecuária;

Classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

8- Fiscalizar a execução de convênios, ajustes, acordos e contratos de classificação de produtos vegetais, de assistência técnica e extensão rural e de expansão do sistema cooperativista e associativista e de infra-estrutura rural.

9- Controlar e orientar o registro de:

Insumos agropecuários, bem como dos respectivos estabelecimentos industriais manipuladores, fracionadores e importadores;

Empresas prestadoras de serviços especializados na agropecuária, bem como de materiais de multiplicação animal e vegetal e dos respectivos estabelecimentos produtores, industriais e manipuladores.

10- Implementar e acompanhar a execução de programas e projetos de fomento da produção animal e vegetal, inclusive da pesca, aquicultura e heveicultura, da proteção, manejo e conservação de solo, da administração e manejo de bacias hidrográficas, da agricultura irrigada e drenagem em nível de propriedade rural, da eletrificação e infra-estrutura rurais.

11- Controlar a operacionalização dos sistemas de coleta e transmissão de informações e dados sobre a produção agropecuária, inclusive da pesca e da Agricultura e executar o intercâmbio de informações com entidades afins.

- 12- Coletar dados fitogenéticos e zootécnicos necessários à manutenção da base de dados sobre as atividades ligadas à agropecuária.
- 13- Emitir parecer em processos relacionados com a importação de animais vivos, sêmen, embriões de ovos férteis de aves, no que se refere às exigências de ordem genética.
- 14- Manter controle sobre atividades e empresas que se dedicam ao registro genealógico, a provas zootécnicas, a competições turísticas e hípicas, e a promoção de exposições, leilões e feiras agropecuárias;
- 15- Promover a fiscalização das atividades relacionadas com as competições turísticas e hípicas e as exposições, leilões e feiras agropecuárias;
- 16- Promover a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

As ações desta Superintendência, estão respaldadas na legislação vigente (leis, decretos, portarias, instruções normativas, instruções de serviços, etc.) Tem como principais atribuições a promoção, orientação e acompanhamento da execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, a organização do setor primário, levantamento e transmissão de dados sobre a agropecuária no estado do Amazonas, rastreabilidade, indicações geográficas, propriedade intelectual e tecnológica de produtos agropecuários. A atuação desta Unidade nas áreas de agricultura e pecuária orgânica, cooperativismo e associativismo rural, pesquisa e difusão de tecnologia, assistência técnica e extensão rural, infra-estrutura e logística de produção e comercialização.

Suas ações visam atender a demanda trazida pela classe produtora, instituições parceiras do estado do Amazonas e da clientela interna da SFA/AM. O atendimento eficiente aos diversos setores da sociedade, visando à satisfação dos usuários dos serviços do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é foco permanente em todas as ações deste serviço.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Amazonas, tem parcerias com diversos órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, onde articula e sensibiliza-os da importância da continuidade e efetiva contribuição para a melhoria quantitativa e qualitativa da produção da agropecuária amazonense e brasileira. São parceiros desta Superintendência: Governo do Estado do Amazonas, Prefeituras Municipais, EMBRAPA, INPA, Universidade Estadual do Amazonas, Universidade Federal do Amazonas, FUCAPI, Escola Federal Agrotécnica de Manaus, Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos, CBA/SUFRAMA, Caixa Econômica Federal, CREA/AM, Conselho Regional de Medicina Veterinária, INCRA/MDA, IDAM/SEPROR, CONAB, IBAMA, SEBRAE.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Amazonas, tem sob sua responsabilidade o conjunto das atividades diretamente ligadas à inspeção, fiscalização e ao controle de produtos agropecuários, bem como as atividades de fomento e desenvolvimento da produção agrícola.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

As ações prioritárias de cada Setor desta Superintendência são pré-estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, definidas pelas Coordenações do órgão Central, em consonância com as metas do Plano Plurianual 2008-2012 do Governo Federal. Os procedimentos são fundamentados nos decretos e legislações complementares, além de atos normativos publicados pelas Secretarias e Departamentos do MAPA.

A operacionalização do sistema de liderança desta Superintendência, envolve diretamente o Superintendente, O Chefe da Divisão Técnica, os Chefes dos Setores, Serviços e Seções. Esses agentes desenvolvem ações que visam o bom andamento da gestão pela qualidade, atuando como multiplicadores dos programas, identificando pontos de estrangulamento e propondo correções.

A Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas, atua em conjunto com todos os Setores, através de sugestões, que visam atender com agilidade as expectativas dos clientes internos e externos.

A área fim tem executado seus programas e ações com determinação e eficiência buscando sempre a qualidade de suas ações como resultado positivo a esta Unidade.

A área administrativa recentemente foi contemplada com o administrador, visto que há muito não tinha em seus quadros a figura do administrador, Chefe da Administração, preterido pelas gestões anterior desta Superintendência quando da estrutura regimental, instituído pela Portaria Ministerial nº 300 de 16.02.2005. A área administrativa conta hoje, com um efetivo significativo de servidores, advindos principalmente da CONAB e outros do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A, porém o quadro que se mostra, no setor administrativo é que muitos desses servidores estão lotados em áreas pertinentes a sua capacitação além do quadro não ter sido renovado nos últimos 20 anos. O MAPA, realizou em 2009 um concurso público para provimento de cargos na esfera administrativa, sendo esta SFA/AM, contemplada com apenas 1 (um) servidor, quando a realidade mostra que o quadro atual necessita ser renovado devido o tempo de serviço do quadro atual.

Embora esta Superintendência seja única, quando se trata de recursos, deixa transparecer que existe dentro da mesma, outros órgãos, pois os recursos são disponibilizados por setores e esses recursos são gerenciados pelos chefes dos mesmos para atender suas necessidades. Daí vemos recursos em grande propulsão em alguns setores e outros executando suas ações com dificuldades como é o caso da área administrativa que os recursos são regulados pela Coordenação de Apoio às Superintendências. Os recursos descentralizados para manutenção fixa da Superintendência são insuficientes para atender todas as necessidades desta Unidade, o que ocasiona prioridades de algumas ações e conseqüentemente inviabilizam outras, como por exemplo, aquisição de materiais permanentes e de consumo que são de certa forma amenizadas com recursos disponibilizados pelos setores técnicos.

ANVISA) estão associados a ela, fiscalização, os processos de amostragem e de análise laboratorial. Ao poder público cabe tratar com todo zelo essas questões sob pena de, no futuro, vermos comprometido o espaço conquistado pelo país no mercado externo de produtos agropecuários. A criação e manutenção da confiança dos compradores dependem em muito da capacidade de execução das atividades e de controle de qualidade, exigidas do Estado, principalmente pelos compradores externos. O processo de fiscalização é executado pelos Serviços nas Superintendências Federais de Agricultura do MAPA, situadas nas Unidades da Federação em colaboração e sob a coordenação da CSM/DFIA, vinculados à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No quadro abaixo está discriminado o número de estabelecimentos credenciados para tratamento fitossanitários com fins quarentenários no estado do Amazonas:

Estabelecimentos Credenciados no Amazonas				
2007	2008	2009	2010	Total
03	02	01	0	06

Não existe programação física, para a meta de análise de processo, para credenciamento/renovação de empresas de tratamento com fins quarentenários, no trânsito internacional de vegetais e suas partes, uma vez que é realizada sob demanda de novas empresas em início de atividade e outros que renovarão o credenciamento. Por se tratar de análise de processo, não exige gasto financeiro, entretanto, demanda tempo do serviço do fiscal, para análise dos documentos apresentados e confecção do certificado, pois, muitas vezes os processos recebidos estão incompletos, gerando exigências, que são solicitadas às empresas.

No quadro abaixo estão quantificados os documentos lavrados pela equipe de fiscalização:

Comparativo entre documentos lavrados (2008-2010)			
	2008	2009	2010
Termo de Inspeção de Estabelecimentos	04	05	0
Tratamentos Fiscalizados	16	33	0
Processos de credenciamento analisados	08	12	0
Estabelecimentos a credenciar fiscalizados	01	01	0
Participação em reuniões, força tarefa	01	07	3
Parecer	02	10	0

Seguindo, é apresentado o resultado da atividade da fiscalização do SIFISV/DDA-AM:

Processos Administrativos para apuração de infração			
	2008	2009	2010
Notificação emitidas	0	08	0
Auto Infração	0	04	0
Processos em primeira Instância	0	03	0
Processos em segunda Instância	0	05	0
Multa arrecadada	0	16.157,04	0

Fonte:

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0375		Denominação: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes e biofertilizantes disponibilizados para a agricultura nacional.						
Objetivos Específicos: Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.						
Gerente: 81759 - Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC / DFIA				Responsável: Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA-AM		
Público Alvo: Estabelecimentos Produtores, Importadores, Comerciais e Produtores Rurais (consumidores).						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação			Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Elemento	Inicial	Final				
3390-14	16.673,40	12.635,00	0,00	11.551,08	0,00	11.551,08
3390-30	2.785,00	3.487,00	0,00	2.997,10	0,00	2.997,10
3390-33	11.780,00	7.834,18	0,00	7.834,18	0,00	7.834,18
3390-52	20.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390-39	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	51.638,40	23.956,18	0,00	22.382,36	0,00	22.382,36
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual de estabelecimento fiscalizados em relação ao total programado	31/12/2010	68	81	100%	132,8%
Fórmula de Cálculo do Índice						
IEI= $\frac{\text{nº de estabelecimentos fiscalizados}}{\text{programado no ano}} \times 100$						
Análise do Resultado Alcançado						
A ação de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes tem como objetivo as seguintes atividades/metad: Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes e corretivos, bem como registro de produtos. Com a reestruturação do MAPA, foi criado o Serviço de Inspeção, Sanidade e Fiscalização Agropecuária – SIFISV, que separou a área animal e vegetal. Em decorrência do novo regimento, as ações relativas ao PI FISFECOI (Fiscalização de Fertilizantes e Corretivos), que inicialmente voltadas para a realização de diagnóstico e orientação sobre os procedimentos para registro desses estabelecimentos. Passam a ser mais efetiva nos anos 2007, 2008, 2009 e 2010. Onde foi identificado que mais de 70% dos estabelecimentos produtores e estabelecimentos comerciais não possuíam registro junto ao MAPA ou estavam com validade vencida. Inicialmente as fiscalizações ocorreram na cidade de Manaus e municípios próximos como Iranduba, Manacapuru, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Nova Olinda do Norte, Itapiranga, Urucará. Priorizamos também municípios de tradição agrícola, a qual não dispúnhamos de informações como Apuí, Santo Antônio do Matupi em Manicoré, Manicoré e Humaitá (sul do Estado). Fizemos prospecções em municípios como Maués, Manaquiri, Careiro – Castanho, Autazes, Novo Airão, Silves, Itapiranga, Codajás, Coari, Tefé, Benjamin Constant, Tabatinga, Borba, São Sebastião do Uatumã, Boca do Acre, Barreirinha e Nhamundá, estes últimos, juntamente com Parintins, estão situado na região do baixo Amazonas, que tem tradição pecuária forte, detectamos um total de 12 (doze) EC, não registrados e que movimentam um número significativo de insumos agropecuários, que após nossa fiscalização se registraram. Das fiscalizações em 2010, resultaram 09 registros concluídos, 01 processos de registro em andamento, 06, Autos de Infração gerados, 06 Processos Administrativo de fiscalização julgado em primeira instância, sendo gerados e recolhido 6.082,41 (seis mil e oitenta e dois reais e quarenta e um centavos) em multas. Recebidos 12 Certificados de Análise Fiscal CAF, sendo que 4 ficaram fora do padrão que possivelmente gerará Auto de Infração caso confirme a análise pericial e 8 CAFs dentro do padrão. Disso resultou nos seguintes índices de Conformidade dos fertilizantes e corretivos amostrados: mineral simples (100%), mineral complexo (100%), orgânico sólido (84%) e corretivo (100%). No quadro abaixo está discriminado o número de estabelecimentos comerciais de fertilizantes e corretivos registrados no estado do Amazonas:						

Estabelecimentos comerciais de fertilizantes e corretivos registrados					
2006	2007	2008	2009	2010	Total
14	10	07	10	09	50

No quadro abaixo está discriminado o número de estabelecimentos produtores de fertilizantes e corretivos registrados no estado do Amazonas:

Estabelecimentos produtores de fertilizantes e corretivos registrados				
2007	2008	2009	2010	Total
02	02	01	00	05

No quadro abaixo estão quantificados os documentos lavrados pela equipe de fiscalização:

Comparativo entre documentos lavrados (2008-2010)			
	2008	2009	2010
Laudo de Vistoria	09	10	09
Termo de Inspeção Fiscalização *	48	63	67
Intimação	06	07	05
Auto de Infração	03	11	06
Termo de Colheita de Amostras	26	19	14
Termo de Embargo	01	-	00
Termo de desembargo	-	01	-
Termo Apreensão	-	01	-
Pareceres	09	10	10
* Estão incluídos alguns estabelecimentos produtores			

Seguindo, é apresentado o resultado da atividade da fiscalização do SIFISV/DDA-AM:

Processos Administrativos para apuração de infração				
	Unid	2008	2009	2010
Relatório em 1ª Instância	Nº	03	10	06
Advertência	Nº	00	00	01
Multa Aplicada	R\$	00	25.320,00	3.422,26
Multa Arrecadada	R\$	00	Sem informação	6.082,41

prévia, não há como prever o gasto financeiro envolvido nesta atividade.

É uma demanda que gera tempo do serviço, para análise e confecção de documentação legal, além disso, a maioria dos processos recebidos, não estão completos, gerando uma série de exigências a serem solicitadas aos interessados.

No quadro abaixo estão discriminados o número total de estabelecimentos produtores, comerciantes, responsáveis técnicos, áreas e plantas fornecedoras de material de propagação inscritos/credenciados no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM, do estado do Amazonas:

Entidades Inscritas / Credenciadas no RENASEM – Amazonas			
Nº de Ordem	TIPO de RENASEM	Unidade	Nº
01	Produtor de Sementes	Und.	02
02	Produtor de Mudanças	Und.	72
03	Comerciante de Sementes	Und.	39
04	Comerciante de Mudanças	Und.	03
05	Responsável Técnico	Und.	84
06	Área de Produção semente	Hectares	197
07	Jardim clonal, plantas e campos de plantas sem origem genética	Nº Plantas.	751.300

No ano de 2010, destacam-se as atividades relativas ao PI FISCALSEM, desenvolvidas no estado do Amazonas:

Foram feitas 217 (duzentas e dezessete) fiscalizações que resultaram na inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM, de: 27 (vinte e sete) produtores de mudas, 12 (doze) comerciantes de sementes, 3 (três) comerciantes de mudas, credenciamento de 23 (vinte e três) responsáveis técnicos. Foram inspecionados 5 (cinco) jardins clonais, 3.488.697 (três milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e noventa e sete) mudas fiscalizadas, 5.147 (cinco mil, cento e quarenta e sete) plantas fornecedoras de material de propagação sem origem genética comprovada.

Foram relatados e julgados em 1ª (primeira) instância 8 (oito) Autos de Infração assim como foi dado andamento em 1 (um) processos de Autos de infração em 2º (segunda) instância, arrecadado 39.288,00 (trinta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais em multas).

No quadro abaixo estão quantificados os documentos lavrados pela equipe de fiscalização:

Documentos lavrados pela fiscalização de sementes e mudas em 2010	
Total de Fiscalizações realizadas	217
Termo de Fiscalização emitido	136
Suspensão Comercialização	05
Auto de Infração	11
Termo de Colheita de Amostras	05
Termo de Liberação	01
Participação em eventos, palestras	10
Homologação Inscrição semente nº/Há	4(12)
Homologação Inscrição viveiro nº/mudas	31(1.486)
Planta básica, matriz, Clonal e borbuleira (nº/Planta)	19 (5.147)

Seguindo, é apresentado o resultado da atividade de fiscalização do SIFISV/DDA-AM:

Processos Administrativos para apuração de infração		
	Unid.	2010
Relatório em 1ª Instância	Nº	08
Relatório em 2ª Instância	Nº	01
Advertência	Nº	02
Multa Aplicada	R\$	64.071,00
Multa Arrecadada	R\$	39.288,00
Processos enviados para cobrança judicial	Nº	16.111,00

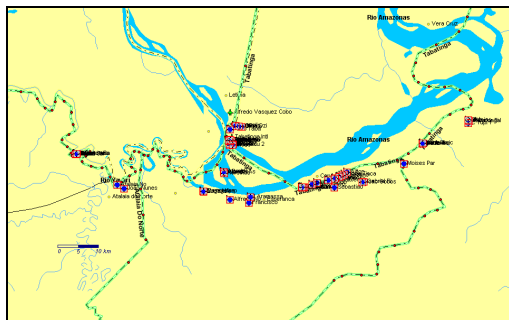
Fonte: Relatório Mensal

Município	Maio	setembro	Prevenida (ha)	Controlada ha)	<i>de Sanidade</i>
	Nº de Propriedades				
Tabatinga	44	32	53.302	0	<i>1</i>
Atalaia do Norte	9	2	3.400	0	<i>1</i>
Benjamin Constant	18	15	40.100	0	<i>1</i>
<i>São Paulo de Olivença</i>	<i>4</i>	<i>4</i>	<i>1.400</i>	<i>0</i>	<i>1</i>

Plantas hospedeiras encontradas nas inspeções realizadas nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença em 2010, apresentada no Quadro a seguir:

Município	Planta Hospedeira/ Nome regional	Nome Científico
Tabatinga	Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.
	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. Ex. Spreng.) K. Shum.
	Maçambo	<i>Theobroma bicolor</i> Bonpl.
	Cupuí	<i>Theobroma subincanum</i> Martius in Buchner
	Cacau de Morcego	<i>Herrania cuatrecasana</i> Garcia-Barr
	Cacau Azul	<i>Theobroma</i> sp. (não identificado)
	Cacau cabeça de Urubu	<i>Theobroma</i> sp. (não identificado)
Atalaia do Norte	Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.
	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. Ex. Spreng.) K. Shum.
	Macambo	<i>Theobroma bicolor</i> Bonpl.
	Cacau de Morcego	<i>Herrania cuatrecasana</i> Garcia-Barr
	Cupuí	<i>Theobroma subincanum</i> Martius in Buchner
		<i>Theobroma speciosum</i>
Benjamin Constant	Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.
	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. Ex. Spreng.) K. Shum
	Macambo	<i>Theobroma bicolor</i> Bonpl.
	Cacau de Morcego	<i>Herrania cuatrecasana</i> Garcia-Barr
São Paulo de Olivença	Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.
	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. Ex. Spreng.) K. Shum
	Macambo	<i>Theobroma bicolor</i> Bonpl.
	Cupuí	<i>Theobroma subincanum</i> Martius in Buchner

Como resultados dos levantamentos de detecção da Moníase do Cacaueiro realizados em áreas cultivadas e silvestres com *Theobroma* spp e *Herrania* spp., as propriedades inspecionadas foram registradas com uso de GPS para obtenção de trilhas e geração de mapas, apresentados nas figuras abaixo.



Levantamento no período de 11 a 21/05/2010



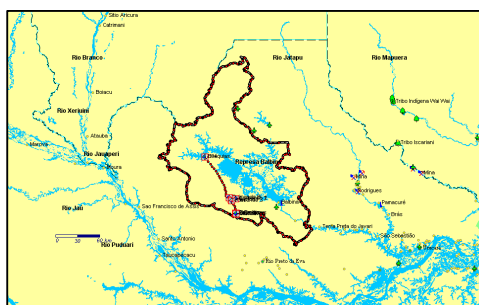
Levantamento no período de 20 a 25/09/2010

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0357		Segurança da Sanidade na Agropecuária				
Tipo do Programa: Atividade						
Objetivo Geral: Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da <i>Bractrocera carambolae</i> e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.						
Objetivos Específicos: monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infestadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.						
Gerente: 80969		Responsável: Coordenação de Proteção de Plantas/ Departamento de Sanidade Vegetal				
Público Alvo: Produtores, consumidores, agroindústrias, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Elemento	Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
	Inicial	Final				
3390-14	16.815,00	10.721,50	0,00	10.668,89	0,00	10.668,89
3390-30	27.018,90	4.133,50	0,00	3.955,16	0,00	3.955,16
3390-33	4.400,00	2.200,00	0,00	2.094,40	0,00	2.094,40
3390-36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390-39	12.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490-52	97.145,00	106.000,00	0,00	105.987,00	0,00	105.987,00
3390-93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	157.678,90	123.055,00		122.705,45		122.705,45
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Data	Referência		Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
			Índice inicial	Índice final		
1	Área Controlada (ha)	31/12/2010	157.678,90	123.055,00		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
Na parte financeira foi programado no Plano Operativo de 2010 a aquisição de um veículo para o trabalho de campo na Ação 4738. O recurso foi descentralizado pela Coordenação Nacional e foi adquirido o veículo que irá resolver essa deficiência.						
1. Prevenção e Erradicação da Mosca da Carambola						
A Ação tem como base legal Decreto nº 24.114 de 1934; Lei nº 9.712 de 1998 que altera a Lei nº 8.171 de 17/01/1991, regulamentada pelo Decreto nº 5.741 de 31/03/2006; Decreto nº 5.351 de 21/01/2005 e art. 27, I “e”, da Lei nº 10.683 de 28/05/2003; Decreto nº 2.226 de 19/05/1997; Portaria nº 26 de 01/06/2001; Portaria 21 de 25/03/1999; Acordo de Cooperação Técnica Brasil/França implementando o monitoramento Bilateral. Portaria nº 124 de 18/04/1997; Portaria nº 37 de 22/02/2007 da SFA/PA.						
Na ação de Prevenção e Erradicação da Mosca da Carambola são monitoradas as armadilhas tipo Jackson com o objetivo de se detectar a presença da praga, que hoje se encontra restrita ao Estado do Amapá e em dezembro 2010 foi detectado um foco em Normandia/RR. A forma para a seleção dos municípios do Amazonas onde implantar a ação foi seguindo a rota de intenso fluxo de pessoas (principalmente via fluvial), entre os estados do Amazonas, Pará e Amapá, e também na BR 174 rodovia que liga o estado do Amazonas com Roraima. A introdução da <i>Bactrocera carambolae</i> para outras UF's poderá resultar no fechamento do mercado internacional para as frutas brasileiras.						
Os levantamentos de detecção da mosca da carambola (<i>B. carambolae</i>) foram realizados em propriedades com caramboleiras nos municípios de Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Iranduba e Manacapuru. Esses municípios foram escolhidos, levando-se em consideração a proximidade com a capital, o grande fluxo de pessoas e produtos e, ainda a presença do hospedeiro principal (<i>Averrhoa carambolae</i>) e de outros secundários.						
Nos levantamentos de detecção da mosca da carambola são observados os sintomas de presença de moscas das frutas nas carambolas caídas e esses frutos foram coletados para fins de diagnóstico. Os frutos coletados foram acondicionados em gaiolas de plásticos com tampa de organza de náilon e substrato de vermiculita, mantidos na sala de triagem até a emergência dos adultos (moscas de frutas ou parasitóides). A frequência destes levantamentos é anual.						
Em 2010 o Levantamento de Detecção foi realizado apenas no município de Rio Preto da Eva em 41 propriedades totalizando uma área de 2.800.197 ha. Das 25 amostras coletadas no levantamento no município de Rio Preto da Eva, emergiram adultos de <i>Anastrepha</i> spp. e parasitóides das espécies de mosca das frutas que ocorrem na região. Portanto, não foi registrado a presença de <i>B. carambolae</i> .						
O monitoramento da <i>B. carambolae</i> em 2010 foi ampliado para os municípios de Nhamundá e Itacoatiara.						
As armadilhas tipo Jackson para monitoramento foram instaladas em 2007 e são mantidas em propriedades no						

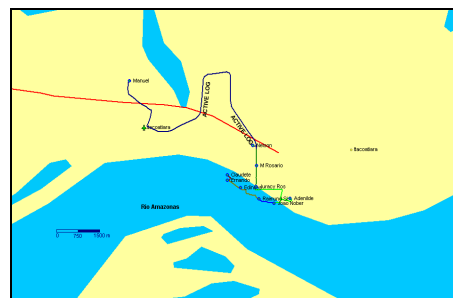
municípios conforme o Quadro a seguir:

Município	Nº de Armadilhas	Área Prevenida (ha)	Área Controlada (ha)	Taxa de Sanidade
Manaus	20	11.401,058	0	1
Presidente Figueiredo	15	4.201.629	0	1
Itacoatiara	10	2.891.000	0	1
Parintins	15	5.952.333	0	1
Nhamundá	8	4.105.000	0	1

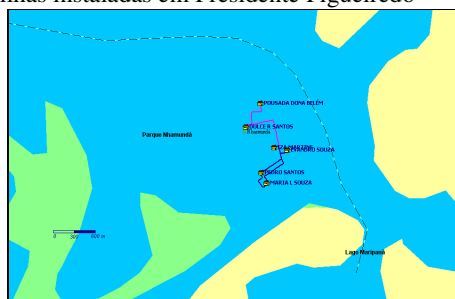
As armadilhas para o monitoramento da mosca da carambola são instaladas em caramboleiras e outros hospedeiros localizados em pontos estratégicos como: rodoviária, aeroporto, porto, rodovias, e área de acesso que são considerados rota de risco de entrada da praga, desta forma se considera a área urbana/rural do município como monitorada. A armadilha Jackson e os mapas de distribuição das armadilhas nos municípios de Manaus, Presidente Figueiredo, Parintins, Nhamundá e Itacoatiara são apresentados a seguir:



Armadilhas instaladas em Presidente Figueiredo



Armadilhas instaladas em - Itacoatiara



Armadilhas Jackson instaladas – Nhamundá



Armadilhas instaladas- Manaus



Armadilhas instaladas em Parintins



Armadilha Jackson

Fonte: PPA 2008-2011

Os quadros apresentados a seguir mostram os resultados das ações fiscais desenvolvidas no ano de 2010 e o comparativo com os anos anteriores. A diferença entre os quantitativos fiscalizados deve-se ao fato de que em Julho/2010 o responsável pelo PI PADCLASSIF foi transferido para a Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais deixando um déficit de pessoal para atender as demandas e promover as ações fiscais programadas para 2010.

Quanto ao foco das ações fiscais pode-se dizer que em 2007 foi o comércio varejista, visando estabelecer um diagnóstico dos agentes fornecedores de todo o país. Em 2008 e em 2009, foram realizadas ações fiscais em todos os diversos segmentos envolvidos com o processo de classificação. Entretanto, apesar do quantitativo ser inferior ao ano de 2008, constata-se, na análise individual por produto, um aumento bastante significativo para os principais produtos alimentícios, com exceção do milho, cuja fiscalização naquele ano foi muito demandada por meio de operações de compra e venda do Poder Público (inciso II, do artigo 1º, da Lei nº 9.972/2000). Em 2010 o foco deteve-se a fiscalizações dos embaladores e importadores de produtos vegetais padronizados.

Fiscalização da Classificação Vegetal – 2010					
	Unid.	2007	2008	2009	2010
Quantitativo fiscalizado	t	126,04	6.095,07	3.596,96	2.898,53
Arroz	t	45,10	554,53	1.395,7	465,20
Alho*	t				232,32
Cebola*	t	-	-	-	333,60
Feijão	t	23,20	129,86	201,8	597,36
Farinha de mandioca	t	13,30	116,45	106,4	398,83
Farinha de trigo	t	1,24	148,32	376,0	179,76
Óleo de soja**	litros	35.300,0	187.000,7	488.400,0	237.510,0
Óleo de Canola**	litros	-	11.000,6	8.000,0	83,0
Óleo de Milho**	litros	-	13.000,6	12.000,0	73,0
Óleo de Girassol**	litros	-	6.000,8	7.800,0	58,00
Canjica de milho	t	1,80	1,30	0,4	0,044
Milho de pipoca	t	1,40	1,87	0,4	0,16
Milho	t	4,00	4.920,65	3,1	74,42
Produto amiláceo derivado da mandioca	t	0,70	2,36	4,4	20,67
Castanha do Brasil	t	-	-	-	83,25
Outros	t	-	-	-	61,40

*produto desclassificado que foi internalizado para rebeneficiamento

**considerando 1 litro de óleo = 1kg

Ao total foram fiscalizadas 83,25 toneladas de castanha-do-brasil. Foram gerados dois processos por violação dos limites de aflatoxina. Ambas violações ocorreram em castanha com casca, muito provavelmente devido ao processo de amostragem previsto na IN nº 11/2009.

O quadro a seguir demonstra o índice de conformidade dos produtos amostrados, onde se observa o pequeno número de amostras coletas e, que a maioria delas é de produto importado que após internalização necessita, obrigatoriamente, rebeneficiamento para liberação para comercialização. Este fato está também relacionado à transferência de fiscais desta Superintendência causando redução drástica na equipe existente. Espera-se que no ano de 2011 este quadro seja amenizado uma vez que a nova estrutura das SFA's unificou os Serviços técnicos da área vegetal, ocorrendo uma tendência de que os FFA's trabalhem juntos.

Com relação as não conformidades, com exceção do Programa Nacional de Monitoramento dos Óleos Vegetais de Farinhas de Trigo e de Mandioca, todas as outras amostras são coletadas quando os Fiscais verificam indícios de irregularidades seja na qualidade do produto ou em sua rotulagem/embalagem.

Conforme orientações da CGQV e da CCRC foram determinadas 10 coletas de castanha-do-brasil. Tendo em vista que não havia previsão de descentralização de recursos, as coletas foram efetuadas apenas no município de Manaus, em duas usinas beneficiadoras.

Ao total foram feitas cinco coletas, sendo quatro de castanha com casca e uma de castanha sem casca. As demais coletas não foram realizadas uma vez que a orientação inicial da coordenação seria para que se realizasse apenas coletas de castanha com casca, o que nem sempre foi encontrado nas datas pré-programadas para coleta.

Trabalhos conduzidos pelo MAPA demonstram que a maior concentração de aflatoxina se encontra na casca e nas castanhas podres. A metodologia de amostragem prevista na IN supracitada permite que para a castanha com casca seja feito o descasque e o descarte das cascas, porém não é permitido o descarte das castanhas visualmente podres, pois parte-se do pressuposto de que no método de seleção nas usinas as castanhas com casca não são quebradas. Como é impossível se eliminar completamente as castanhas podres sem que se quebre a casca, consequentemente sempre haverá castanhas podres em um lote, o que elevará o nível de aflatoxina e, provavelmente, sempre haverá violação de limites em castanha com casca.

Tal problema não se detecta em castanha sem casca, já que com a quebra, visualiza-se as castanhas podres, eliminando-as, juntamente com as cascas, obtendo-se, conseqüentemente, um baixo nível de aflatoxina, sempre dentro dos limites legais.

Sendo assim, sugere-se a alteração da metodologia de coleta de amostras de castanha com casca, permitindo-se a eliminação das castanhas visualmente podres, já que na hora do processamento ou do consumo, as mesmas são inconfundíveis.

Amostragem e Conformidade de Produtos – 2009					
Produto	Ano	Número de amostras	Número de amostras no padrão	Número de amostras fora do padrão	Índice de Conformidade de Produtos (ICP)
Arroz	2007	53	31	22	58,5 %
	2008	30	12	18	40,0%
	2009	17	08	09	47,1%
	2010	-	-	-	-
Feijão	2007	38	15	23	39,5 %
	2008	15	03	12	20,0%
	2009	33	09	24	27,3%
	2010	15	7	8	46,67%
Farinha de mandioca	2007	21	05	16	23,8 %
	2008	-	-	-	-
	2009	02	02	-	100,0%
	2010	01	00	01	0,00%
Óleo de soja	2007	16	10	06	62,5 %
	2008	15	11	04	73,33%
	2009	-	-	-	-
	2010	02	02	00	100,00%
Óleo de canola	2009	02	01	01	50,0%
	2010	-	-	-	-
Óleo de girassol	2009	01	-	01	100,0%
	2010	-	-	-	-
Cebola	2010	05	03	02	60,00%
Alho	2010	23	23	00	100,00%
Castanha do Brasil	2010	05	03	02	60,00%

No quadro abaixo se encontram os dados relativos à quantidade de estabelecimentos e entidades credenciadas fiscalizadas e os produtos dessas fiscalizações.

Fiscalização da Classificação Vegetal					
	Unid.	2009	Programado 2010	Realizado 2010	% Realizado / Programado
Estabelecimento fiscalizado	un	34	39	45	115,38
Credenciada fiscalizada	un	01	01	01	100,00
Auto de Coleta de Amostra	nº de documentos	57	72	50	69,44
Termo de Intimação	nº de documentos	28	-	27	-
Auto de Infração	nº de documentos	69	-	42	-
Termo de Suspensão da Comercialização	nº de documentos	13	-	44	-
Quantidade de produtos com a comercialização suspensa	t	383,22	-	448,61	-
Perícia realizada	nº	15	-	-	-

No quadro a seguir é apresentado o resultado da atividade de fiscalização, onde se comprova que a ação fiscal realizada teve o consequente processo administrativo relatado e julgado, bem como o lançamento do julgamento no Sistema SICAR.

Processos Administrativos para Apuração de Infração				
	Unid.	2008	2009	2010
Relatório em Primeira Instância	nº	74	67	38
Relatório em Segunda Instância	nº	10	9	00
Julgamentos procedentes em 1ª Instância	nº	71	59	18
Advertência	nº	09	05	03
Liberação de produto (t)	T	8,43	46,69	441,12
Condenação de produto (t)	T	94,34	336,53	00
Doação de produto ou de matéria-prima (t)	T	6,63	3,72	0,36
Interdição do estabelecimento	nº	-	-	-
Cassação ou Cancelamento do Credenciamento	nº	-	-	-
Multa aplicada	R\$	285.744,52	354.021,66	141.630,95
Multa arrecadada	R\$	130.215,31	124.072,28	104.625,75
Multa em cobrança Judicial	R\$	50.110,10	131.527,31	163.224,50
Processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional	nº	11	24	19

Os processos administrativos cujas multas não foram pagas dentro do prazo legal foram encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição do débito na Dívida Ativa da União, por meio de cobrança judicial. Observa-se, também, que nenhum processo teve apresentação de recurso para Instância Superior. A classificação de produtos vegetais importados é realizada rotineiramente no Amazonas, sendo as amostras classificadas, na maioria dos casos, por FFA's este SIFISV/DDA/SFA-AM, no Posto de Serviço de Classificação Vegetal nº AM 0004.

O quadro abaixo apresenta os resultados da classificação de produtos vegetais importados no Posto de Serviço.

Classificação de Produtos Vegetais Importados				
	Unid.	2008	2009	2010
Produto classificado	nº	03	06	05
Quantidade fiscalizada	t	43.161,70	34.634,9	50.303,90
Certificado emitido	nº de certificados	64	21	56
Taxa arrecadada	R\$	28.619,90	25.492,08	37.435,71

No ano de 2010, os produtos vegetais importados foram: trigo em grãos, farinha de trigo, alho, batata, cebola e uva fina de mesa. Os quadros a seguir especificam as quantidades fiscalizadas por produto e a quantidade de certificados de classificação emitidos para cada produto importado.

Classificação de Produtos Vegetais Importados				
Quantidade Fiscalizada (t)				
Produto	2007	2008	2009	2010
Trigo em grãos	62.071,23	37.462,00	33.290,9	48.779,90
Farinha de trigo	2.926,85	5.357,10	902,0	734,0
Alho	239,51	342,6	304,8	434,0
Cebola	26,0	-	115,6	340,0
Uva fina de mesa	35,42	-	17,6	16,0
Batata	-	-	4,0	-
TOTAL	65.298,99	43.161,70	34.634,90	50.303,90

Emissão de Certificados para Produto Vegetal Importado				
Número de Certificados				
Produto	2007	2008	2009	2010
Trigo em grãos	16	06	04	09
Farinha de trigo	24	44	04	07
Alho	12	14	12	31
Cebola	-	-	04	08
Uva fina de mesa	-	-	01	01
Batata	-	-	01	-
TOTAL	57	64	26	56

A seguir é apresentado o quadro contendo os principais indicadores de desempenho da área de Qualidade Vegetal, que servem de parâmetro para a avaliação, planejamento e controle das futuras ações deste programa.

Balanco de indicadores do PI PADCLASSIF

Indicadores de Desempenho na Área de Fiscalização da Qualidade Vegetal				
	Unidade	2008 (n= 1,5)*	2009(n= 1,5)*	2010(n=1)*
ICF**	R\$		396,32	577,22
ICOF	Nº	22,70	22,70	45,00
ICP	%	47,70	36,40	78,00
IFE	%	34,00	34,00	115,00
IAC	%	65,00	57,00	69,44

(*) n= nº de fiscais federais agropecuários.

(**) Para composição deste indicador (Custo da Fiscalização) foram utilizados, na variável Recurso Financeiro Despendido, os valores relativos às diárias, passagens e materiais de consumo utilizados em ações fiscais realizadas em 2009.

Pode-se observar o valor de R\$ 577,22 por fiscalização realizada. Apesar dos custos com deslocamento ser relativamente alto na Região Norte o que tem elevado este valor é o recurso destinado a aquisição de materiais de consumo, que na maioria dos casos não é utilizado no PI. No ano de 2010 observou-se um longo período com falta de papel, tinta para impressora, tonner, entre outros materiais.

Outro agravante com relação aos valores é que tem retornado recurso financeiro enquanto os Serviços técnicos necessitam de materiais de consumo e equipamentos.

Fonte: PPA 2008-2011 e SIFISV/DDA/SFA-AM.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

Código no PPA: 0357							Segurança da Sanidade na Agropecuária		
Tipo do Programa: Descentralizado									
Objetivo Geral: Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.									
Objetivos Específicos: Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.									
Gerente: 46847- Departamento de Sanidade Vegetal					Responsável: Departamento de Sanidade Vegetal				
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrante da cadeia produtiva agropecuária.									
Informações orçamentárias e financeiras do Programa									Em R\$ 1,00
Dotação			Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos			
Elemento	Inicial	Final							
3390-14	4 602,00	3.554,70	0,00	3.554,70	0,00	3.554,70			
3390-30	3.869,50	3.200,00	0,00	433,13	0,00	433,13			
3390-33	9.300,00	6.100,00	0,00	2.010,84	0,00	2.010,84			
3390-36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
3390-39	0,00	2.899,76	0,00	0,00	0,00	0,00			
4490-52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
3390-93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Total	17.771,50	15.754,46		5.998,67		5.998,67			
Informações sobre os resultados alcançados									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	Fiscalização realizada (%)	31/12/2010			%	%			
Fórmula de Cálculo do Índice									
$\text{Fiscalização Realizada} = \frac{\text{Nº de PTV Emitida}}{\text{Nº de Partidas Inspecionadas}} \times 100$									
Análise do Resultado Alcançado									
A base legal da Ação 2134 são as seguintes legislações: Lei nº 9.712, de 1998; Decreto nº 24.114, de 1934; Decreto nº 5.478, de 1943. Conforme o Decreto nº 5.741/2006 (30/03/2006) Art. 9º As atividades do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária serão executadas pelas Instâncias Central e Superior, Intermediárias e Locais. Art. 20. Às Instâncias Intermediárias do Sistema Unificado de Atenção competem as seguintes atividades: I - vigilância agropecuária do trânsito interestadual de vegetais e animais;									

Art. 38. O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária manterá serviço de promoção da sanidade vegetal, prevenção, controle e erradicação de pragas que possam causar danos à produtividade vegetal, à economia e à sanidade agropecuária, e desenvolverá as seguintes atividades, respeitando as atribuições de cada Instância do Sistema, de acordo com a legislação vigente:

I - avaliação de riscos e controle de trânsito de vegetais, seus produtos, subprodutos, resíduos, material orgânico e organismos biológicos, e quaisquer outros produtos, insumos ou mercadorias que possam servir de substrato, meio de cultura, vetor ou veículo de pragas;

Art. 44. É obrigatória a fiscalização do trânsito nacional e internacional, por qualquer via, de animais e vegetais, seus produtos e subprodutos, qualquer outro material derivado, equipamentos e implementos agrícolas, com vistas à avaliação das suas condições sanitárias e fitossanitárias, e de sua documentação de trânsito obrigatória.

§ 4º As Instâncias Intermediárias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária atuarão na fiscalização agropecuária do trânsito interestadual, com base nas normas fixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior.

As Barreiras de Vigilância Agropecuárias do Estado do Amazonas estão localizadas em: Manaus Porto do Ceasa e Aeroporto; Humaitá Rio Madeira e BR-319; Presidente Figueiredo BR174 km 204; Parintins; Boca do Acre e Guajará.

As Supervisões realizadas nas Barreiras de Vigilância Agropecuárias/BVA no Estado do Amazonas estão apresentadas no Quadro abaixo:

Supervisão de Barreiras de Vigilância Agropecuárias							
BVA	Mês/ N° de Supervisão						
	Março	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setemb ro	Novemb ro
Presidente Figueiredo	1	1	1		2	2	1
Parintins	1					1	
Humaitá- Rio Madeira					1		
Humaitá- BR 319					1		
Manaus- Ceasa				1	1		
Manaus- Aeroporto	1				1		

A CODESAV/SEPROR encaminhou por meio da CARTA nº 05/2011 (10/01/2011) as Ações desenvolvidas nas Barreiras de Vigilância Agropecuárias –BVA’s localizadas no Estado do Amazonas, no segundo semestre de 2010, conforme quadro abaixo:

Serviço	Unidade	Quantidade
Medida Fitossanitária	Nº	249
Emissão de Permissão de Transito -PTV	Nº	3
Abordagem Itinerante	Nº	222
Exame e Análise de Documentação Fiscal e de Sanidade	Nº	5.418
Fiscalização de cargas	Nº	4.372
Inspeção Fitossanitária	Nº	872

Termo de Fiscalização	Nº	872
Termo de Advertência	Nº	7
Termo de Rechaço	Nº	3
Auto de Apreensão	Nº	60
Auto de Destruição	Nº	60

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 2139		Denominação: Vigilância e fiscalização no trânsito interestadual de animais e seus produtos.				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Minimizar o risco de introdução e disseminação de doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões zoossanitários dos mercados internos e externos.						
Finalidade: Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças						
Objetivos Específicos: Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.						
Gerente: Luiz Felipe Ramos de Carvalho				Responsável: Daniel Gustavo Bez		
Público Alvo: : Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
(14) – 7.080,00	(14) – 0,00	(14) – 0,00	(14) – 0,00	(14) – 0,00	(14) – 0,00	
(30) – 4.957,05	(30) – 3.000,00	(30) – 460,96	(30) – 460,96	(30) – 0,00	(30) – 460,96	
(33) – 7.350,00	(33) – 0,00	(33) – 0,00	(33) – 0,00	(33) – 0,00	(33) – 0,00	
(36) – 0,00	(36) – 0,00	(36) – 0,00	(36) – 0,00	(36) – 0,00	(36) – 0,00	
(39) - 6.000,00	(39) - 0,00	(39) - 0,00	(39) - 0,00	(39) - 0,00	(39) - 0,00	
(52) -0,00	(52) - 0,00	(52) - 0,00	(52) - 0,00	(52) - 0,00	(52) - 0,00	
339036 – STP física; 335039 – STP Jurídica; 339014 – Diária; 339030 – Consumo; 339033 - Passagens; 334490-52 – Material permanente						
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício*	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial*	Índice final*		
1	Taxa de conformidade no controle de fronteiras	31/12/10	90,00	95,00	94,00	
Fórmula de Cálculo do Índice						
* Os valores de índice inicial, índice final e índice previsto no exercício foram retirados do PPA nacional						
Ordem 1: Relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.						
Análise do Resultado Alcançado						

Os recursos financeiros foram descentralizados a contento e não impediram ou dificultaram a execução das ações previstas para 2010. O principal entrave foi o exíguo quadro funcional, a deficiência estrutural e de equipamentos, falta de treinamento, falha de comunicação entre os setores do órgão de defesa estadual (CODESAV) que impactaram negativamente a capacidade de execução do SIFISA/DDA-AM, somado a isto destaca-se também o reduzido quadro funcional da área animal do SIFISA/DDA-AM.

Na oportunidade, destacamos que as ações de fiscalizações às barreiras, nos municípios de HUMAITÁ E PRESIDENTE FIGUEIREDO foram realizadas com recurso financeiro do PI FEBRE AFTOS.

Estavam previstas supervisões do Convênio MAPA/SEPROR nº 001/2008 nos municípios acima, com isso, aproveitou-se a oportunidade para a realização das fiscalizações dessas barreiras, reduzindo o custo em fiscalizações e melhorando a eficiência do trabalho.

Para realização das fiscalizações das barreiras de Guajará e Boca do Acre o SIFISA/DDA-AM solicitou recurso no PI VIGIZOO ao Departamento de Saúde Animal (DSA), por falta de recurso no PI programado o DSA descentralizou o referido recurso no PI PCEANIMAL

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 8658		Denominação: Prevenção e Controle das Doenças dos Animais				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos						
Finalidade: Garantir a segurança zoonosanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.						
Objetivos Específicos: Estabelecimento de diretrizes zoonanitárias para o País, com o estabelecimento de barreiras e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonanitária; edição normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.						
Gerente: Guilherme Henrique Figueiredo Marques				Responsável: Daniel Gustavo Bez		
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
(14) – 4.602,00	(14) – 6.637,00	(14) – 1.553,21	(14) – 1.553,21	(14) – 0,00	(14) – 1.553,21	
(30) – 7.906,15	(30) – 3.125,00	(30) – 1.534,20	(30) – 1.534,20	(30) – 0,00	(30) – 1.534,20	
(33) – 2.600,00	(33) – 4.200,00	(33) – 4.200,00	(33) 4.200,00	(33) – 0,00	(33) – 4.200,00	
(36) – 0,00	(36) – 0,00	(36) – 0,00	(36) – 0,00	(36) – 0,00	(36) – 0,00	
(39) – 10.000,00	(39) – 0,00	(39) – 0,00	(39) – 0,00	(39) – 0,00	(39) – 0,00	
(52) - 0,00	(52) - 0,00	(52) - 0,00	(52) - 0,00	(52) - 0,00	(52) - 0,00	
339036 – STP física; 335039 – STP Jurídica; 339014 – Diária; 339030 – Consumo; 339033 - Passagens; 334490-52 – Material permanente						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Área com plantéis avícolas certificados pelo PNSA	31/12/2010	1.600,00	2.700,00	1.530,00	00
2	Área com planteis comerciais declarados livres da Doença de Newcastle e influenza aviária	31/12/2010	8.514.879,00	8.514.879,00	8.514.879,00	00
3	Números de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina	31/12/2010	0,00	2.500,00	129,00	00
4	Número de Ocorrências da Peste Suína Clássica	31/12/2010	7,00	0,00	19,00	00

5	Número de Ocorrências de casos da doença da vaca louca	31/12/2010	0,00	0,00	0,00	00
6	Número de ocorrência de raiva bovina	31/12/2010	2.454,00	1.800,00	1.327,00	01

Fórmula de Cálculo do Índice

*** Os valores de índice inicial, índice final e índice previsto no exercício foram retirados do PPA nacional**

Ordem 1: Número total de estabelecimentos certificados pelo PNSA

Ordem 2: Área do território avaliada pelo Plano Nacional de Prevenção à Influenza Aviária e doença de Newcastle

Ordem 3: Número de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina.

Ordem 4: Número total de casos confirmados da peste suína clássica

Ordem 5: Número total de casos confirmados da doença da vaca louca

Ordem 6: Número total de casos confirmados de Raiva Bovina

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA

Periodicidade: Anual

Análise do Resultado Alcançado

Metade dos indicadores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, lançados no Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN) não refletem a realidade do estado do Amazonas. Não é possível a mensuração dos 3 primeiros indicadores, uma vez que o Amazonas não possui estabelecimentos certificados pelo PNSA, não possui estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina e não aderiu ao Plano Nacional de Prevenção à Influenza Aviária e doença de Newcastle. Nesses casos não foram estabelecidos os índices previstos no exercício e índice atingido no exercício de 2010 foi nulo. Não houve registro de casos de Peste suína clássica e doença da vaca louca justificando o índice ZERO atingido no exercício de 2010. Houve notificação de um caso de raiva no município de Apuí, justificando o índice UM atingido no exercício de 2010 por esse indicador.

Análise Crítica da Execução Orçamentária

Os recursos financeiros foram descentralizados a contento e não impediram ou dificultaram a execução das ações previstas para 2010. O principal entrave foi o exíguo quadro funcional da CODESAV, a deficiência estrutural e de equipamentos, falta de treinamento, falha de comunicação entre os setores do órgão de defesa estadual (CODESAV) que impactaram negativamente a capacidade de execução do SIFISA/DDA-AM, somado a isto destaca-se também o reduzido quadro funcional da área animal do SIFISA/DDA-AM.

Na oportunidade, destacamos que as ações de fiscalizações às barreiras, nos municípios de HUMAITÁ E PRESIDENTE FIGUEIREDO foram realizadas com recurso financeiro do PI FEBRE AFTOS. Estavam previstas supervisões do Convênio MAPA/SEPROR n° 001/2008 nos municípios acima, com isso, aproveitou-se a oportunidade para a realização das fiscalizações dessas barreiras, reduzindo o custo em fiscalizações e melhorando a eficiência do trabalho.

Para realização das fiscalizações das barreiras de Guajará e Boca do Acre o SIFISA/DDA-AM solicitou recurso no PI VIGIZOO ao Departamento de Saúde Animal (DSA), por falta de recurso no PI programado o DSA descentralizou o referido recurso no PI PCEANIMAL

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA					
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 4842		Denominação: Erradicação da Febre Aftosa - Nacional – 22101			
Tipo do Programa: FINALÍSTICO					
Objetivo Geral:					
Objetivo:					
Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.					
Finalidade:					
Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.					
Objetivos Específicos:					
Descrição:					
Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.					
Justificativa: A eficiência da defesa agropecuária é assegurada pelo cumprimento de normas fitozoossanitárias estabelecidas em decorrência de acordos comerciais celebrados entre agentes econômicos do país e do exterior. Eventuais falhas na aplicação dessas normas podem resultar em sérios prejuízos diretos à população brasileira, aos agentes econômicos e à economia, ao comprometer a sanidade vegetal, a saúde dos rebanhos e a credibilidade dos produtos brasileiros. Para que a defesa agropecuária torne-se eficiente é necessário desenvolver um esforço de articulação institucional entre as instâncias do governo federal, estadual e municipal, para promover a integração das ações, atualização técnico-científica dos serviços, base técnico-científica e a capacitação dos servidores do Ministério da Agricultura e dos serviços estaduais e municipais que atuam na área. Isto porque a extensão do País, os desafios da vigilância nas fronteiras e a diversidade de atividades agropecuárias exigem grande cobertura e efetividade das ações em todo o território brasileiro. Os impactos econômicos e sociais adversos decorrentes da defesa agropecuária operar abaixo das necessidades do agronegócio refletem-se no comprometimento da produção e da produtividade agropecuária, com consequências na redução das exportações, em função da diminuição dos acessos e manutenção de mercado, no desemprego, na redução da renda no campo e na migração do campo para a periferia dos grandes centros urbanos, com impactos negativos para o País e comprometimento da segurança alimentar, da saúde humana e do meio ambiente.					
Gerente:			Responsável: DANIEL GUSTAVO BEZ		
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
	ELEMENTO DE DESPESA		ELEMENTO DE DESPESA		
	333041 (CONVÊNIO MAPA-SEPROR VALOR: R\$ 3.568.608,37		333041 (CONVÊNIO MAPA-SEPROR VALOR: R\$ 3.568.608,37		333041 (CONVÊNIO MAPA-SEPROR VALOR: R\$ 3.568.608,37
339014 (DIÁRIAS SERVIDOR) 197.222,30	339014 (DIÁRIAS SERVIDOR) 73.228,60		339014 (DIÁRIAS SERVIDOR) 39.553,84		339014 (DIÁRIAS SERVIDORES MAPA) 39.553,84 – ver PLANILHA EM ANEXO.

339030 (CONSUMO) 68.908,75	339030 (CONSUMO) 35.000,00		339030 (CONSUMO) 28.823,10		339030 (CONSUMO) 28.823,10
339033 (PASSAGENS) 258.520,00	339033 (PASSAGENS) 83.743,04		339033 TOTAL: PASSAGENS 83.464,34 SFA-AC – houve pagamento de passagens aéreas para atividades daquela Superintendência. 19.910,14		339033 PASSAGENS 83.464,34 ACRE
339036 COLABORADO R EVENTUAL 471.250,80	339036 COLABORADOR EVENTUAL 200.578,35		339036 (COLABORADO R EVENTUAL) 110.929,70		339036 (COLABORAD OR EVENTUAL) 110.929,70
339039 PESSOA JURIDICA 30.000,00	339039 PESSOA JURIDICA 43.000		339039 PESSOA JURIDICA 43000		339039 PESSOA JURIDICA 43000
449052 MATERIAL PERMANENTE 95.000,00	449052 MATERIAL PERMANENTE 308.000,000 307.450,00 - O RT DO PI não solicitou o recurso e não foi informado previamente sobre sobre o mesmo.	Material permanente FORD MOTOR COMPANY – 268.170,00 USE Móveis para Escritório LTDA 19.735,00 KONA Comércio e Serviços LTDA 11.550,00		449052 Material permane nte FORD MOTOR COMPA NY – 268.170, 00 USE Móveis para Escritóri o LTDA 19.735,0 0 KONA Comérci o e Serviços LTDA 11.550,0 0	

procedimentos a serem adotados por todas as unidades a) adoção de inclusão dos produtores inadimplentes em livro de registro a ser criado para este fim, finalizando com a execução de medidas cabíveis e previstas em legislação para cada infração cometida; b) efetuar reunião com a Secretaria de Fazenda - SEFAZ para viabilizar um fluxograma a seguir visando rastrear a finalização do processo dos infratores autuados a) concluir o cadastramento de propriedades rurais além de efetuar a evolução dos rebanhos de cada produtor a cada semestre assim como também a cada movimentação do mesmo; b) estabelecer avaliação periódica da movimentação dos rebanhos através da análise dos relatórios mensais de trânsito assim como também da identificação de propriedades que efetuam compra/venda de animais com frequência e daqueles que não estão movimentando o rebanho com guia de trânsito animal criar efetivamente o GEASE capacitando os membros - minuta portaria para publicação reavaliar as metas do planejamento já existente assim como metodologias implantadas em todas as áreas do Estado, para o aprimoramento das ações de defesa sanitária animal. Disponibilizar kits para atendimento a suspeitas aprimorar planejamento criando metas e metodologias a serem implantadas em todos os municípios aprimorar a logística de distribuição, conservação e comercialização de vacinas, já existentes, nos municípios pólos e demais municípios do Estado. Avaliar planejamento considerando as metas e metodologias a serem implantadas em todos os municípios, incrementando a equipe de supervisão existente. Incrementar com a periodicidade devida o repasse de recurso financeiro para todos os escritórios com fins de manutenção dos veículos adquiridos pelo convênio 001/2008/MAPA/SEPROR e das atividades pertinentes executadas, utilizando controle auditável do mesmo promover a criação de um fundo emergencial para as ações de defesa sanitária animal implantar o programa de educação sanitária no Estado

Restrição: Comentários e solicitações de complementações da CFA/DSA/MAPA a) Favor apresentar a situação atual do concurso e os trâmites ainda faltantes, detalhando a previsão de conclusão de cada estágio. b) Apresentar cronograma de execução dos cursos, bem como os temas, a duração e recursos previstos. Apresentar o novo organograma com os nomes dos técnicos ocupantes das funções/ coordenações e a previsão de remoção dos novos integrantes para a unidade central. Apresentar as medidas adotadas e o cronograma de adequações da estrutura física e de comunicações de UVLs e EACs. Informar os elaboradores dos manuais e temas a ser abordados nos mesmos, com medidas já adotadas e previsão de conclusão. Informar as medidas adotadas e previstas na legislação estadual, bem como os trâmites para sua aplicação ao final de cada etapa, informando os prazos limite para a emissão das autuações. a) Apresentar o cronograma para a conclusão do cadastramento dos municípios faltantes e como serão realizados. Apresentar medidas adotadas para a correção dos procedimentos inadequados de atualização de rebanhos nos cadastros. B) Incluir ações de fiscalização de propriedades para conferência de rebanhos e aplicação de medidas previstas na legislação estadual. Apresentar as medidas adotadas, os participantes e a programação da capacitação. Apresentar medidas adotadas e previsão de realização das ações e mecanismos para garantir o cumprimento das metas. Apresentar cronograma e resultados das ações de fiscalização em andamento em todas as UVLs. Apresentar dados de ações de fiscalização da conservação, distribuição comércio de vacinas na etapa de novembro/dezembro 2010. Apresentar dados de ações de supervisão interna realizadas e o plano para 2011. Apresentar dados de medidas adotadas e os resultados alcançados. Apresentar medidas adotadas e os resultados alcançados. Apresentar medidas adotadas e os resultados alcançados.

Providências: AGUARDANDO RESPOSTAS DO ESTADO. Plano de Ação relacionado ao relatório de auditoria realizada pelo Departamento de Saúde Animal na Comissão Executiva Permanente de Defesa Sanitária Animal e Vegetal - CODESAV, no período de 5 a 9 de julho de 2010

Restrição:

A CAMPANHA DO MÊS DE NOVEMBRO FOI PRORROGADA. JUSTIFICATIVA DO ESTADO: SITUAÇÃO DE BAIXA DOS RIOS AMAZÔNICOS

Providências:

O PEDIDO DE PRORROGAÇÃO FOI ACEITO PELA SFA-AM E DEPARTAMENTO DE SAÚDE ANIMAL

Restrição:

A campanha do mês de maio ainda não apresentou resultados. Enviada solicitação de prorrogação da Campanha (justificativa - atrasos na entrega de vacinas).

Providências:

Aguardando resultados da Campanha. Enviaram resposta ao SEDESA E DSA sobre notas fiscais da Vacinas. Aguardando posicionamento do DEPARTAMENTO DE SAÚDE ANIMAL. 13/08/2010 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE ANIMAL ENVIOU POSICIONAMENTO SOBRE ATRASO DA CAMPANHA DO ESTADO DO AMAPÁ - comunicação esta encaminhada ao estado. AINDA AGUARDANDO RESULTADOS DA CAMPANHA.

Restrição:

AGUARDANDO PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO PARA REALIZAÇÃO DE NOVA ETAPA DE VACINAÇÃO OFICIAL CONTRA FEBE AFTOSA

Providências:

O PROCESSO FOI ENCAMINHADO À BRASÍLIA E ESTÁ TRAMITANDO COM CORREÇÃO. AGUARDANDO FECHAMENTO. SUPERINTENDENTE FOI CIENTIFICADO SOBRE PROVIDÊNCIAS A

SEREM TOMADAS. 13/08/2010 - Termo aditivo publicado no Diário Oficial. O SIFISA elaborou MEMORANDO (nº 12/2010/SIFISA/DDA-AM) solicitando ao Superintendente, Setor Financeiro e Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária e somente o setor financeiro respondeu, através de MEMORANDO, que o recurso não foi "liberado" pela STN.

Restrição:

DADOS DA CAMPANHA DE MAIO AINDA NÃO FORAM ENTREGUES. FALTA DE RESPOSTA A SOLICITAÇÃO DA SFA-AM E DEPARTAMENTO DE SAÚDE ANIMAL SOBRE ATRASO NA ENTREGA DE VACINAS E SOLICITAÇÃO DE PROROGAÇÃO DA VACINAÇÃO.

Providências:

NÃO RECEBEMOS ATÉ O MOMENTO AS PROVIDÊNCIAS E RESPOSTAS DA CODESAV/SEPROR

Restrição:

ATRASO NA ENTREGA DO RELATÓRIO DA VACINAÇÃO OFICIAL

Providências:

ENTREGUE NO MÊS DE MAIO (ATRAVÉS DA Carta CODESAV 118/2010, protocolo 19/05/2010) OS DADOS AINDA ESTÃO SENDO ANALISADOS PELO SEDESA-DT-AM

Restrição:

LENTIDÃO DE AÕES POR PARTE DO ÓRGÃO DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL NO ESTADO - CODESAV- SEPROR

Providências:

REUNIÕES NO SEDESA COM O ÓRGÃO ESTADUAL ENVIO DE DOCUMENTAÇÕES - OFÍCIOS, FAX E E-MAILS, RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO, PARA QUE O SERVIÇO ESTADUAL TOMASSE AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS.

Restrição:

ATRASO NO ENVIO DO MATERIAL PARA SOROLOGIA (1 SEMANA APÓS INÍCIO DA OPERAÇÃO).

Providências:

A SFA-AM CONSEGUIU PROVIDENCIAR TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A AVALIAÇÃO SOROLÓGICA. A SEMANA DE ATRASO NÃO REPRESENTOU PROBLEMA CONCRETO.

Restrição:

ATRASOS DIVERSOS NA OPERAÇÃO DE VACINAÇÃO OFICIAL

Providências:

O ÓRGÃO DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL NO ESTADO (CODESAV) conseguiu sanar localmente problemas diversos e a operação, apesar dos vários problemas e falhas detectadas no acompanhamento do Convênio, obteve resultados, que AINDA NECESSITAM DE ANÁLISE.

Texto 27/12/2010 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010 O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, na Instrução Normativa nº 44, de 2 de outubro de 2007, e o que consta do Processo nº 21000.011998/2010-28, resolve:

“Art. 2º Declarar como zona livre de febre aftosa com vacinação a região norte do Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com área de 1.987 km², localizada na divisa com o Estado do Amazonas, **e parte dos Municípios de Canutama e Lábrea**, localizados no Estado do Amazonas, ampliando os limites geográficos da zona livre de febre aftosa com vacinação do Estado de Rondônia.”

27/09/2011 – NOTA TÉCNICA DSA Nº 59 - MUDANÇA (EVOLUÇÃO) NO STATUS SANITÁRIO – **RISCO NÃO CONHECIDO (BR-N) PARA ALTO RISCO (BR-4)** “Os serviços veterinários oficiais desses estados, com o apoio do MAPA, deverão promover as melhorias necessárias com a devida prioridade, para que o processo de erradicação da febre aftosa avance com a rapidez almejada naquelas áreas.”

No ano de 2010, não foram feitas auditorias no Estado, portanto o RA/NT ficou com valor 1.
Temos como prioridade e meta tentar inserir um maior número de fiscalizações nas empresas no ano vigente e acreditamos que esse indicador pode ser melhorado ano após ano, se houver incremento de Agentes de Inspeção e Fiscais na área de Inspeção de Produtos de Origem Animal no Estado do Amazonas.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Índice de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC)	31/12/2010	01	06	7,7%	46%

Fórmula de Cálculo do Índice: Somatório dos estabelecimentos com sistema de APPCC implantado no ano.

Análise do Resultado Alcançado – De acordo com os Ofícios Circulares GAB/DIPOA 25/2009, Ofício Circular 03 e 04/2009 Carne, Ofício Circular 24/2009 Leite e mel, visando o aprimoramento dos sistemas de inspeção, as Divisões de Pescado, Carne e Leite disciplinaram a aplicação do Elemento de Inspeção 14 – Avaliação do Programa de análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC) às indústrias que atendem exclusivamente ao mercado nacional, a partir de 2011. Para tanto, iniciou-se neste serviço de inspeção uma programação destinada a implementar este elemento de inspeção nas empresas que ainda não haviam tido necessidade de implanta-lo, já que esta demanda era apenas exigida dos frigoríficos que atendiam à Lista Geral (somente 01 no estado). Com este intuito, foi encaminhado Ofício às empresas para implementação do programa. Nossa pretensão é concluir essa meta até março de 2011. O resultado alcançado foi positivo visto que as empresas começaram a implementar o programa sem que fosse necessário autuações e termos de ajustamento de conduta.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos com Controle Sanitário	2010	13	13	100%	100%

Fórmula de Cálculo do Índice: Número de estabelecimentos de produção de alimentos com controle sanitário, no ano.

Análise do Resultado Alcançado - Há algum tempo o DIPOA já havia inserido nas tarefas rotineiras a avaliação da implantação e da execução, por parte da indústria inspecionada, dos programas de autocontrole. As modernas legislações dirigidas ao controle sanitário de alimentos tratam esses controles como pré-requisitos básicos para a instalação e funcionamento das indústrias; O que explica os índices inicial e final deste indicador. Não é possível, com o avanço da fiscalização, operacionalizar uma empresa sem que a mesma já se instale priorizando a inocuidade dos alimentos que irá produzir. Desta feita, as empresas com selo de inspeção federal no Estado só funcionam se tiverem pelo menos os programas de procedimento padrão de higiene operacional (PPHO) e num contexto mais amplo, as Boas Práticas de Fabricação (BPF) instalados.

Fonte: SIFISA/DDA/SFA-AM/Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/DIPOA

1.2 - Resultados da Execução Física da Inspeção de Produtos de Origem Animal do SIFISA/DDA/SFA-AM

Os resultados alcançados pelo SIFISA (INSPEÇÃO), no cumprimento das atribuições do Setor têm sido limitados em função do número exíguo dos recursos humanos não só de fiscais, como também dos servidores administrativos e agentes de inspeção da área meio. Com a redução do número de Fiscais promovida por permanentes remoções, o atendimento das metas ficou abaixo do programado/atingido, no entanto, ainda assim houve um acréscimo significativo no quantitativo de trabalho do ano de 2010.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas especiais						
Objetivo Geral: Prover a Unidade dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Objetivos Específicos: Manter a Unidade em funcionamento regular com todas as responsabilidades contratuais.						
Gerente:				Responsável: Edivar dos Santos Almeida		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
75.000,00	1.041.286,76	867.712,74	867.712,74	81.154,83	812.960,84	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto				100	83,33
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto					
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Análise Crítica – Os recursos destinados à área administrativa mensalmente, muitas das vezes não dar para custear todas as despesas com os contratos existentes, assim como a manutenção dos imóveis pertencentes a SFA/AM. Há um contingenciamento de recursos enviados que inviabilizam colocar em prática a programação realizada no plano operativo.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 8606		Denominação: Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-orgânico – DESENORG				
Tipo do Programa: Direta e Descentralizada						
Objetivo Geral: Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos						
Objetivos Específicos: Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos						
Gerente:				Responsável: André Knewitz Levy		
Público Alvo: Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
	3.075,70		3.075,00		3.075,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	31/12/2010	0	25*	-	25*
Fórmula de Cálculo do Índice						
Variação da área de produção agropecuária de orgânicos somada a de produção integrada / área total de produção agropecuária total *100						
Análise do Resultado Alcançado						
Mede a relação entre a área de produção agropecuária onde se desenvolvem sistemas de produção orgânica e sistemas de produção integrada e a área total de produção agropecuária						

Fonte: SFA/AM

* O cálculo foi realizado com base no nº de propriedades cadastradas e não em área.

Análise crítica

No Estado do Amazonas não se prioriza o setor agropecuário por três razões. 1º a importância e peso do Pólo Industrial, que drena a maior parte das atenções público/privadas. 2º a falta de tradição agrícola, já que a economia do Estado baseou-se, historicamente, no extrativismo. Nesta época os seringueiros eram desencorajados à praticar a agricultura. 3º as questões ambientais, que muitas vezes tratam a agropecuária como o “vilão” ambiental. Dentro deste contexto o desenvolvimento da Agricultura Orgânica não se dá no ritmo do resto do país, enfrentando dificuldades enquanto não formamos uma massa crítica de agricultores técnica e organizacionalmente qualificados.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 4720		Denominação: Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade do produtos orgânicos.						
Objetivos Específicos: Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.						
Gerente:			Responsável: André Knewitz Levy			
Público Alvo: Produtores Rurais e suas organizações de controle social						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação (descentralização)		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
N/A	7.905,00					
			5446,22		5446,22	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	31/12/2010	0	25	-	25*
Fórmula de Cálculo do Índice						
Variação da área de produção agropecuária de orgânicos somada a de produção integrada / área total de produção agropecuária total *100						
Análise do Resultado Alcançado						
Mede a relação entre a área de produção agropecuária onde se desenvolvem sistemas de produção orgânica e sistemas de produção integrada e a área total de produção agropecuária						

Fonte: Certificadoras, Órgãos de extensão, pesquisa, fomento, fiscalizadores conveniados e IBGE.

* Consideramos ainda o n° de propriedades. O sistema não está preparado para um eficiente controle de área.

Análise crítica**Contingenciamento no exercício:**

O orçamento para o PI está muito aquém do necessário, buscamos compensar com parceiras

Outras questões

Este programa tende a avançar em 2011 com a adesão do IDAM e das prefeituras municipais. Obrigatoriamente terá de ter uma boa descentralização. Trabalhamos este ano órgãos de governo, municipais (Secretarias de agricultura) e estaduais (IDAM e SDS) no sentido de formar técnicos destes órgãos que possam realizar o trabalho de cadastramento e acompanhamento de OCSs e propriedades.

Trabalhamos neste, em parceria com entidades governamentais federais, estaduais e municipais e entidades não governamentais (associações, cooperativas, SEBRAE, etc) no sentido de organizar uma SPG de âmbito amazônico. Os resultados desta atividade devem se concretizar somente no ano de 2011.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 8591		Denominação: Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agrícolas e de Desenvolvimento do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita e comercialização, bem como de material genético melhorado para as cadeias produtivas do agronegócio.						
Objetivos Específicos: Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.						
Gerente: Adilson Kosonski				Responsável: Klerysson da Costa Santana		
Público Alvo: Produtores Rurais e suas organizações de controle social						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação (descentralização)		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
N/A	22.204,00	0,00	16.104,36	0,00	16.104,36	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	31/12/2010	X	X	X	X
Fórmula de Cálculo do Índice						
Variação da área de produção agropecuária de orgânicos somada a de produção integrada / área total de produção agropecuária total *100						
Análise do Resultado Alcançado						
Mede a relação entre a área de produção agropecuária onde se desenvolvem sistemas de produção orgânica e sistemas de produção integrada e a área total de produção agropecuária						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Projeto	31/12/2010	2	4	4	4
Fórmula de Cálculo do Índice						
Projetos de Produção Integrada Apoiados no ano						
Análise do Resultado Alcançado						
Mede a quantidade de projetos apoiados com recursos humanos, materiais ou financeiros no Estado do Amazonas a saber: Projetos de Produção integrada de Guaraná, Abacaxi, Sistemas Agroflorestais e Citrus						
Fonte: Certificadoras, Órgãos de extensão, pesquisa, fomento, fiscalizadores conveniados e IBGE.						

Análise crítica

Cientes de contingenciamento de recursos para projetos esta SFA/AM se empenhou nas atividades de fomento desta ação no ano anterior junto a instituições e entidades afetas ao setor primeiro no Estado.

E como resultado dessa intervenções algumas cadeias produtivas se organizaram para pleitear apoio em Projetos de Produção integrada, o que ocorreu devido a sensibilização de parceiros que financiaram diversas atividades. No entanto, por parte do MAPA, nenhum projeto foi apoiado integralmente por falta de recursos. Assim o orçamento disponibilizado pela sede atendeu as inversões de deslocamento da equipe técnica nas ações relacionadas na execução física logo abaixo.

Face ao contingenciamento verificado no exercício, a equipe técnica se empenhou em captar recursos oriundos de fontes locais no Estado para viabilizar projetos a serem executados por meio de parceiros instalados no Estado.

Há de se evidenciar que a carência de técnicos influenciou negativamente a obtenção de melhores resultados na medida em que não foi possível dar o devido acompanhamento a todas as demandas advindas das cadeias produtivas.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 8622		Denominação: Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo - PROMOCOOP2				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.						
Objetivos Específicos: Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Contribuir para a diminuição da exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação política, econômica e social.						
Fomentar as estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem estar socioeconômico da população.						
Apoiar a realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas.						
Contribuir para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.						
Gerente:				Responsável: André Knewitz Levy		
Público Alvo: Produtores Rurais e suas organizações de controle social						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação (descentralização)		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
N/A	6.180,08					
			5.502,88		5.502,88	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	31/12/2010	X	X	X	X
Fórmula de Cálculo do Índice						
Valor da produção agropecuária oriunda de cooperativas e associações rurais/ valor da produção/Valor da produção agropecuária nacional * 100						
Análise do Resultado Alcançado						
Mede a relação entre a produção das cooperativas e associações rurais e a produção agropecuária nacional.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Projeto apoiado	31/12/2010	X	X	X	X
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de entidades associativistas atendidas/ número total de entidades associativistas existentes nas regiões Norte e Nordeste.Denacoop/SDC						
Análise do Resultado Alcançado						
Mede a parcela de entidades associativistas atingidas pelo programa de desenvolvimento, dentro do universo associativista nas regiões Norte e Nordeste						

Fonte: Certificadoras, Órgãos de extensão, pesquisa, fomento, fiscalizadores conveniados e IBGE.

Eventos positivos ou negativos que prejudicaram ou facilitaram a execução de programas de Governo

A Diligência é um processo de fiscalização menos eficaz do que o acompanhamento durante a execução

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 8591		Denominação: Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – INDGRAFI				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Incrementar as cadeias produtivas com potencial de IG						
Objetivos Específicos: Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos, bem como de servidores técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais representantes de entidades envolvidas com a formulação de políticas públicas dentre outros						
Gerente: Patrícia Pereira				Responsável: Klerysson da Costa Santana		
Público Alvo: Produtores Rurais e suas organizações de controle social						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação (descentralização)		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
N/A	11331,14					
		0,00	11.331,13	0,00	11.331,13	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	31/12/2010	100	100	100	100
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Nº Projetos Apoiados/ N° Projetos Programados)*100						
Análise do Resultado Alcançado						
Mede a relação entre a Percentual de projetos implementados/mantidos/apoiados em relação ao programado						
Fonte: Certificadoras, Órgãos de extensão, pesquisa, fomento, fiscalizadores conveniados.						

Análise crítica

Não foram descentralizados os recursos para compra de material permanente e de consumo conforme o solicitado no Plano Operativo Anual

Novamente reveses foram observados no projeto do Guaraná de Maués, a saber: equipe do parceiro SEBRAE/AM foi novamente trocada no fim de 2010 em função de troca na diretoria o que está fazendo com que novas gestões deste Serviço sejam levadas a efeito para realinhar equipe de trabalho; Esta é a 5ª troca de equipes e vem comprometendo o andamento deste projeto.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 7H17		Denominação: Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – APOIOAGRO				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.						
Objetivos Específicos: Por ser uma emenda, o Ministério não possui a descrição da mesma.						
Gerente: Marcelo				Responsável: Klerysson da Costa Santana		
Público Alvo: Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados (2009)	Valores Pagos	
Inicial	Final					
	8.527.500,00	8.527.500,00	6.480.000,00	1.316.250,00	0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual	31/10/2010	100	100	100	100
Fórmula de Cálculo do Índice						
Percentual de Projetos Aprovados em relação ao total de projetos encaminhados e analisados						
Análise do Resultado Alcançado						
No Ano de 2010 todos os projetos oriundos de emendas parlamentares foram analisados e aprovados, sendo que quase a totalidade de projetos necessitou de ajustes pontuais para adequação aos objetivos do programa.						

Fonte: DPDAG/SFA/AM e SDC/MAPA

Análise crítica

Pela Análise dos Dados é possível inferir que dos R\$ 8.527.500,00 empenhados apenas R\$ 6.480.000,00 foram contratados junto a Caixa Econômica Federal pelos Beneficiários. A diferença deste montante se deve ao fato de alguns beneficiários estarem inadimplentes junto ao Governo Federal por ocasião da celebração dos contratos de repasse, o que impede a contratação e transferência voluntária de recursos.

É importante ressaltar que os projetos aprovados e celebrados na CEF aguardam liberação de recursos no decorrer do ano em curso.

Observa-se ainda em relação ao ano de 2009 a ocorrência de restos a pagar no valor de R\$ 1.316.250,00, relativo ao desembolso de 4 contratos de repasse do Orçamento Geral da União de 2009, ainda não pagos pelo Tesouro Nacional.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 8591		Denominação: Organização e Capacitação dos Agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas – ORGAGROEN				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Capacitar equipes de assistência técnica e extensão rural, bem como, apoiar a organização dos produtores rurais em associações e cooperativas, com foco na produção e processamento de matérias-primas agroenergéticas						
Objetivos Específicos: Capacitação de equipes técnicas, voltadas para o apoio à organização produtiva dos agricultores inseridos em cadeias produtivas agroenergéticas						
Gerente: Sávi Mendonça				Responsável: Klerysson da Costa Santana		
Público Alvo: Produtores Rurais e suas organizações de controle social						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação (descentralização)		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
N/A						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	31/12/2010	X	X	X	X
Fórmula de Cálculo do Índice						
Variação da área de produção agropecuária de orgânicos somada a de produção integrada / área total de produção agropecuária total *100						
Análise do Resultado Alcançado						
Mede a relação entre a área de produção agropecuária onde se desenvolvem sistemas de produção orgânica e sistemas de produção integrada e a área total de produção agropecuária						

Fonte: Certificadoras, Órgãos de extensão, pesquisa, fomento, fiscalizadores conveniados e IBGE.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
		0357	2180	Atividade	3	Fiscalização realizada (und)	92.688	49.163	48.080
		0357	2181	Atividade	3	Fiscalização realizada (und)	1.063	945	1.116

Fonte: SIPLAN

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
	-	0375	2909	Finalística	-	Reunião Realizada	2	2	2
	-	0375	2909	Finalística	-	Participação em Força Tarefa	1	1	1

Fonte:

As ações do setor do FISAGROTOX, durante o ano de 2010, ficaram comprometidas pois foi transferido o único FFA que atuava na área. Além disso com a primeira reestruturação do MAPA, o trabalho principal executado, que é acompanhar o tratamento fitossanitário com fins quarentenários foi transferido para a Defesa Vegetal, antigo SEDESA. Com a nova reestruturação, que aconteceu no segundo semestre de 2010, a Defesa Vegetal passou para o novo Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Agropecuária – SIFISV. Disso resultou que a ação ficou totalmente paralisada.

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
-	-	0375	2141	Finalística	1	Estab. Fiscalizado	68	81	60

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
-	-	0375	2179	Finalística	1	Estab. fiscalizado	85	217	223

Fonte: Relatório Mensal

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	603	0357	8572	A	3	ha	9.788.400	98.202	98.202

Fonte: PPA 2008-2011

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	603	0357	8572	A	3	ha		4.120	

Fonte: PPA 2008-2011

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	603	0357	8572	A	3	ha	9.800	5.500	

Fonte: PPA 2008-2011

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	603	0357	8572	A	3	ha	11.401,058	0	11.401,058

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	603	0357	84738	A	3	ha	32.305.617	31.351.217	32.305.617

Fonte: PPA 2008-2011

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
		0356	4746	A	3	Tonelas de produtos fiscalizados	80.000	53.119,18	40.000

Fonte: SIPLAN – 2010

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	603	0357	2134	A	3	Unidade			

Fonte: PPA

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade e de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011**
		0357	2139	Finalístico	Demais ações prioritárias	Unidade	Fiscalização de barreiras de vigilância agropecuária - 8	8	**
							Controle, correção e envio de relatório mensal de trânsito animal - 12	12	**
							Habilitação de Médicos Veterinários – por demanda	1	
							Emissão da autorização para CZI – por demanda	853	**
							Emissão de CIS-E – por demanda	120	**
							Fiscalização de estabelecimento de salga de peles de bovinos e bubalinos - 4	6	**
							Fiscalização de eventos agropecuários – 8	6	**
							Metas previstas para 2011 estão descritas abaixo **		
Fonte:									

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011*
							Fiscalização de granjas avícolas. - 8		**
							Coleta de Material (Ração de ruminante) – 4	2	**
							Coleta de Material (SNC) – por demanda	3	**
							Treinamento do PNCRH – 1	1	**
							Fiscalização e vistorias de laboratórios - 12	9	**

						Reunião com veterinários (PNCEBT) - 1	1	**
						Habilitação de veterinários no PNCEBT-por demanda	5	**
						Fiscalização de laboratórios de AIE - 1	0	**
						Credenciamento de laboratórios de AIE – por demanda	0	
						Fiscalização de propriedades livres e monitoradas do PNSE - 1	1	**
						Reunião com veterinários cadastrados (PNSE) - 1	0	**
						Fiscalização em granjas de suínos - 5	0	**
						Reunião do PNSS - 1	0	**
						Fiscalização de estabelecimento exportadores de peixes ornamentais – 14	7	**
						Metas previstas para 2011 estão descritas abaixo **		

Quadro A.2.2

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
	22101	Erradicação da Febre Aftosa - Nacional	4842	ATIVIDADE	3	KM2	Previsão PPA Brasil - Todo território livre.	Ver quadro anexo.	Objetivo final é erradicar a doença e ter todo o território considerado “Área Livre com Vacinação, porém existem fatores limitantes – grande parte das ações

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELO SIFISA/DDA/SFA-AM

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
0356	-	Instalação de Inspeção Federal	8938	A	3	UND	Indeterminado	01	Indeterminado
0356	-	Supervisões Industriais	8938	A	3	UND	24	13	26
0356	-	Análise de rotulagens	8938	A	3	UND	Indeterminado	320	Indeterminado
0356	-	Análises de Projeto	8938	A	3	UND	Indeterminado	06	Indeterminado
0356	-	PNCR	8938	A	3	UND	Indeterminado	41	50
0356	-	Análise de POA	8938	A	3	UND	51	51	60
0356	-	Relatoria de processos/Julgamentos	8938	A	3	UND	Indeterminado	25	Indeterminado
0356	-	Anuência de Importação	8938	A	3	UND	Indeterminado	25	Indeterminado
0356	-	Pareceres Técnicos	8938	A	3	UND	Indeterminado	-	Indeterminado
0356	-	Certificado Internacional	8938	A	3	UND	Indeterminado	05	Indeterminado
0356	-	Fiscalizações	8938	A	3	UND	Indeterminado	08	Indeterminado
0356	-	Verificação de Auto Controles	8938	A	3	UND	Indeterminado	26	Indeterminado
0356	-	Verificação de Auto Controles em empresa com Inspeção permanente	8938	A	3	UND	Diariamente	Diariamente	Diariamente
0356	-	Vistoria de terreno	8938	A	3	UND	Indeterminado	09	Indeterminado
0356	-	Repressão a fraude e clandestinidade	8938	A	3	UND	Indeterminado	01	Indeterminado

Fonte: Arquivos do SIFISA/DDA/SFA-AM

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
Agricultura	Administração Geral	0750	4716	Atividade	3	Unidade	1.041.286,76	867.712,74	1.007.590,00

Fonte: SIPLAN

Análise crítica

A Superintendência Federal de Agricultura do Amazonas, faz uma previsão de gastos e realizações através do Plano Operativo – Pré-Proposta Orçamentária, porém o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estipula anualmente os recursos a serem disponibilizados a cada Superintendência. Esse valor estipulado é dividido por 12 meses e é destinado praticamente para custeio e deslocamento, daí a dificuldade de realizar serviços e/ou aquisições de materiais necessários a manutenção da SFA.

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0375	2140	Atividade	03	Unidade	26	20	31
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0375	2124	Atividade	03	Unidade	32	20	45
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0375	2019	Atividade	03	Unidade	14	03	-

Fonte: PPA 2008-2011

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ**QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	665	1426	8606	A	3	Pessoas Beneficiadas		2.700	3.000

Fonte:

Análise crítica**Cumprimento das metas físicas:**

Não realizamos Plano Operativo para este PI. A feira que realizamos quinzenalmente pode aumentar o público com pouco esforço, o problema é a oferta por parte dos agricultores orgânicos.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Por mais modestas que sejam as dimensões da feira, ela tem sido a atividade com maior impacto e visibilidade no setor de orgânicos do Estado. Outras cidades já manifestaram interesse em montar uma feira local, sendo que algumas já começaram o cadastramento ano passado.

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	125	1442	4720	A	3	Unidades Controladas	-	23	100

Fonte: dados internos

Análise crítica**Cumprimento das metas físicas:**

Não realizamos Plano Operativo para este PI, porém prevíamos maior nº de propriedades cadastradas até o final do ano. .

Ações que apresentaram problemas de execução:

Considerando as dificuldades logísticas do Estado do Amazonas, algumas propriedades a serem visitadas estão muito afastadas de Manaus e a logística é complexa. (necessidade de barcos de linhas, dias para a visita de uma propriedade).

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Avançamos na formação de uma SPG estadual que deve alavancar o nº de propriedades e OCS envolvidas nos próximos anos.

Ações Prioritárias na LDO:

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	601	1442	8491	P	3	Pessoas beneficiadas	100	320	150

Fonte:

Análise crítica

Cumprimento das metas físicas:

Num breve relato das metas físicas executadas em 2010, colocamos o seguinte:

Cerca de 320 produtores rurais foram beneficiados com as ações de transferência de Tecnologia baseadas na Produção Integrada, sendo os custos destas ações viabilizados por parceiros locais no Estado do Amazonas.

Essas ações basicamente foram compostas de:

Seminário Estadual de SAPI – realizado no Auditório da Assembléia Legislativa com a presença de produtores rurais, técnicos, pesquisadores, estudantes e gestores.

Seminário PI Citrus Rio Preto da Eva – realizado em Rio Preto da Eva, com presença massiva de citricultores, sob condução técnica de palestrantes da Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical e Amazônia Ocidental.

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	601	1442	8491	P	3	Pessoas beneficiadas			

Fonte:

Análise crítica

Diligências convênio

Houve uma diligência do Convênio 027/2005 MAPA/ACDIVOCA realizada pela FFA Maria Cristina Bustamante em Convênio nas cooperativas de pescadores nos Municípios de Tabatinga, Santo Antônio do Içá e na AGROFRUT em Urucará.

Outras Atividades

Palestra realizada no I Seminário Cooperativista de careiro da Várzea, focando a ação do MAPA na área de laticínios.

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	601	1442	8491	P	3	Pessoas beneficiadas	50	482	500

Fonte:

Análise crítica

Cumprimento das metas físicas:

Foram realizadas visitas a 482 produtores de guaraná na área rural do município de Maués.

- Participação na Reunião Técnica Nacional da CIG/DEPTA;
- Visita técnica da CIG/DEPTA em Manaus e Maués;
- Realização de encontro técnico com produtores, técnicos e parceiros institucionais da IP Guaraná de Maués ;
- Realização de oficina com técnicos para realização de trabalho de cadastramento de produtores da área;
- Visita “in-loco” entrevista, cadastramento de produtores de guaraná na área rural do município de Maués com georreferenciamento das propriedades;
- Apresentação de Proposta de delimitação geográfica da IP Guaraná de Maués;
- Afixação de marcos físicos simbolizando demarcação da área IP Guaraná de Maués;
- Proferimento de Palestra a produtores e autoridades municipais no município de Maués;

- i. Reuniões com a Diretoria Técnica e Gerente de Unidade de Negócios do SEBRAE/AM para tratar da execução das metas do convênio.
- j. Diligências de acompanhamento de execução de etapas do convenio;
- k. Participação no Seminário Internacional de IG's em João Pessoa;
- l. Inserção de reportagem sobre sinais distintivos em imprensa estadual;
- m. Articulação de frentes de pesquisa para o guaraná visando explicitar diferenciação em relação aos demais guaranás produzidos no País;

Ações que apresentaram problemas de execução:

Vale ratificar aqui uma situação endêmica, que vem a ser as inúmeras atividades desempenhadas pelos poucos técnicos disponíveis no DPDAG. Aqui um FFA é designado para fazer o trabalho técnico de vários PIs, devido as diferentes demandas advindas de diversas outras coordenações, a exemplo da CGSPI, COAGRE, CGPI, SRI/Niex, Gab/SDC, dentre outras como os Territórios da Cidadania, o que implica diretamente na forma de atuação não satisfatória para a maioria, uma vez que a capacidade de desenvolvimento é inferior a demandas, inclusive nas ações do INDGRAF, que requer acompanhamento presencial.

O Fato a ser adicionado nesta questão é que o DPDAG perdeu 3 dos cinco fiscais mais 1 funcionário administrativo que compunham o quadro em 2009. As atividades eram focada nas ações relativas a 11 PI's. Com **falta de equipe técnica**, não foi possível dar continuidade a tudo que estava planejado para 2010. Assim O DPDAG passou boa parte do último semestre de 2010 em tratativas para trazer novos profissionais para o setor, renovou o quadro de estagiários e conseguiu dois funcionários administrativos, haja vista que a ausência deste tipo de profissional obrigava os FFA's restantes a se ocuparem com as tarefas técnicas e administrativas. O atropelo de ações observado no segundo semestre de 2010 fez com que todas as ações sofressem atrasos significativos. Esse fatores influenciarão o planejamento e o início das ações em 2011, uma vez que ainda estamos ocupados com tarefas pendentes de 2010. A saber, análise de emendas, relatórios de gestão e PO's.

Em dezembro, ocasião na qual rotineiramente nos ocupávamos com os relatórios e planos operativos, ainda estávamos planejando e executando ações como a exposição agropecuária estadual, missões técnicas de produtores e viagens administrativas a Brasília.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Visita da CIG (Patrícia) com Reunião técnica no DPDAG/SFA/AM em Manaus e reunião técnica com representantes de associações de produtores de guaraná, SEBRAE, SEPROR, EMBRAPA E IDAM sobre o convênio 101024/2008;

- b. Um fato positivo observado foram os encaminhamentos obtidos por ocasião da Reunião Técnica Nacional em Abril/2010, o que contribuiu de sobremaneira para o planejamento e execução de ações de maneira mais otimizada, com foco na execução de uma matriz SWOT para elaboração de planejamento estratégico. Além de repasses de informações diversas sobre as ações a serem executadas em 2010.
- c. Realização de encontro técnico com produtores, técnicos e parceiros institucionais da IP Guaraná de Maués, que contou com a participação de 41 representantes de associações dos Pólos 1, 11 e 12 da zona rural de Maués e teve como Pauta a Delimitação Geográfica, Cadastramento, oficina para técnicos cadastradores, Criação de Grupo de trabalho para definição do conselho regulador, relatos da ocorrência de Pirataria do Guaraná de Maués, Consulta a etnia Saterê-Mawe a cerca da participação no projeto. Nesta ocasião também foi apresentada uma Proposta de delimitação geográfica da IP Guaraná de Maués efetuada pelo consultor Jair Leite;

- d. Foi realizada uma oficina com técnicos agrícolas para realização de trabalho de cadastramento de produtores da área promovida executada pelo consultor Jair Leite onde foram detalhadas as diretrizes do trabalho de campo a ser efetuado pelos técnicos;
- e. Para execução do trabalho de cadastramento foram contratados 10 técnicos agrícolas ligados a Associação de Técnicos agrícolas de Maués, um barco regional com tripulação e cinco voadeiras, além dos insumos necessários para o trabalho. Foram três etapas de cadastramento nos pólos 1, 11 e 12, cada uma delas de 10 dias ininterruptos de trabalho. A partir do local em que o barco principal atracava, os técnicos se dividiam em cinco duplas e saíam com as voadeiras visitando as propriedades, onde eram recebidos pelos produtores e havia repasse de informações a cerca do projeto, condução de um entrevista para coleta de dados e cadastramento e georreferenciamento da sede de moradia e dos talhões de produção do guaraná, além do registro fotográfico, os trabalhos foram organizados pelo SEBRAE com orientação e acompanhamento “in-loco” deste DPDAG. No total foram cadastrados 482 produtores. O trabalho não prosseguiu por falta de recursos para essa etapa haja vista que diversas comunidades ficaram de fora deste trabalho naquele momento. Estão disponíveis os registros fotográficos referentes a estas ações;
- f. Afixação de marcos físicos simbolizando demarcação da área IP Guaraná de Maués. Esse trabalho foi proposto pelo Sebrae e apesar do posicionamento deste DPDAG a cerca da não obrigatoriedade desta ação para fins de registro a conveniente prosseguiu a feito com recursos próprios alegando a necessidade de registrar in loco o trabalho que está sendo executado;
- g. Nas oportunidades em foi efetuado o deslocamento até Maués/AM, houveram também diversos esclarecimentos e Palestra a produtores e autoridades municipais no município de Maués a cerca do desenvolvimento do projeto;
- h. Em diversos momentos, também foram efetuadas Reuniões com a Diretoria Técnica e o Gerente de Unidade de Negócios do SEBRAE/AM para tratar da execução das metas do convênio em relato.
- i. O DPDAG, com o apoio da CIG e CAPTA esteve presente nas discussões levantadas no II Seminário Internacional de IG's em João Pessoa/PB além de trazer para execução estadual encaminhamentos repassados pela CIG;
- j. Foi provocada por esta Divisão uma reportagem de página inteira em jornal de grande circulação estadual a cerca da importância dos sinais distintivos para promoção de produtos no Amazonas com foco no trabalho que vem sendo executado em Maués. A ação visou ressaltar a importância dos mesmos nos processo produtivos, na agregação de valor dos produtos e serviços através da certificação, assim como na questão do marketing a nível nacional e internacional para se atingir mercados;

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	605	6003	7H17	P	3	Projetos Apoiados	22	23	5

Fonte: DPDAG/SFA/AM

Cumprimento das metas físicas:

Todas as emendas apresentadas a SFA/AM referente ao OGU 2010 foram tratadas, analisadas, ajustadas e aprovadas. A única ressalva é feita a emenda do município de Rio Preto da Eva, apresentada a SFA/AM somente em 10/11/2011, já fora do prazo legal de análise e aprovação, ainda assim, apesar de serviços de obras e engenharia envolvidos no projeto, o mesmo foi aprovado em 28/02/2011. No entanto o município não tomou as medidas judiciais e administrativas cabíveis para a contratação em tempo hábil o que provocou o cancelamento do empenho, verificado no dia 28/03/2011.

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	601	1442	8491	P	3	Pessoas beneficiadas	100	182	0

Fonte:

Análise crítica

Cumprimento das metas físicas:

- Nesta ação o DPDAG/SFA/AM desenvolve o acompanhamento do convênio nº 701444/2008 “Implantação de Unidade Demonstrativa de Produção de Oleaginosas para Biodiesel via Sistemas Agroflorestais como Tecnologia para Recuperação de Áreas Degradadas e recuperação da estrada vicinal interna de acesso as unidades de demonstração” que foi desenvolvido no município de Itacoatiara. Assim foram empreendidas diligências durante o ano de 2010. Foi emitido ainda parecer final de aprovação e o processo encaminhado para prestação de contas.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO

Não se aplica a esta Unidade

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Não se aplica a esta Unidade

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Não se aplica a esta Unidade

2.4.1.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Não se aplica a esta Unidade

2.4.1.3 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

2.4.1.4

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	110008	339030			3.371,00
			339037			52.979,70
			339039			20.287,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:

Análise:

O recebimento de crédito orçamentário e financeiro de movimentação externa, advém do Ministério da Pesca e Aquicultura – Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Amazonas. Os créditos recebidos foram utilizados pela própria Superintendência de Pesca nas suas ações visto que aquela Unidade não dispunha de contratos de alguns serviços necessários a sua atuação, assim como em repasse de créditos a esta SFA/AM, como participação nas despesas de Vigilância, Limpeza e Conservação, reprografia e energia elétrica.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	0,00	17.850,00	0,00	17.850,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	1.749.969,72	2.363.261,56	1.749.969,72	2.363.261,56
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	456.212,54	434.006,34	456.212,54	434.006,34
Inexigibilidade	278.903,71	62.939,19	278.903,71	62.939,19
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	13.588,64	4.088,80	13.588,64	4.088,80
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	293.544,38	256.792,32	293.544,38	256.792,32
Outros				

Fonte: Informações fornecidas pela Sra. Raimunda Cunha – SEOF/SFA/AM

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

**QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA
DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**

Valores em
R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

Não se aplica a esta Unidade

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa**QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA
DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**Valores
em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

Não se aplica a esta Unidade

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite		17.850,00	0,00	17.850,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão		2.363.261,56		892.926,93
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	456.212,54	434.006,34	456.212,54	434.006,34
Inexigibilidade	278.903,71	62.939,19	278.903,71	62.939,19
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	13.588,64	4.088,80	13.588,64	4.088,80
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	293.544,38	256.792,32	293.544,38	256.544,38
Outras				

Fonte:

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
339039	618.440,03	526.643,44	609.937,17	511.174,49	-	18.178,79	609.939,17	511.174,49
339037	432.289,20	427.393,50	480.394,15	478.673,20	-	0,00	480.391,15	478.673,20
339033	438.140,11	425.751,21	445.369,57	318.123,01	-	15.368,45	445.369,57	318.123,01
Demais elementos do grupo	479.184,47	552.538,63	479.184,47	552.538,63		35.338,97	479.184,47	552.538,63

Fonte:

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

Não se aplica a esta Unidade.

3. Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas: Não se aplica a esta Unidade					

Fonte: Sra. Raimunda Costa Cunha – responsável pelo SEOF/SFA/AM

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em
R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009				
2008	1.118.974,43	-	63.501,12	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.278.557,26	-	-	0,00
2008	899.622,89	-	-	0,00
...				
Observações:				

Fonte: Raimunda Costa Cunha – responsável pelo SEOF/SFA/AM

4.2 Análise Crítica

Pelo quadro preenchido acima, verifica-se que esta Superintendência não possuía no final de exercício de 2010 Restos a Pagar referentes aos anos 2008 e 2009

5. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	81	81	0	0
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos	1	1	0	0
1.4.2 Removidos	4	4	0	0
1.4.3 Licença remunerada	2	2	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	1	1	0	0
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	6	6	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	1	1	0	0
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	17	15	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	113	111	0	0

Fonte:

**QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	5	7	18	27	24
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença				1	2
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	4	1	1	
2.3. Funções gratificadas	2	2	6	7	3

Fonte:

**QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira		34	44	27	61	46			
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	6	0	0	0
2.3. Funções gratificadas				1	7	12			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte:

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	87	2
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	7	0
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	56	
2.2 Compulsório	1	
2.3 Invalidez Permanente	1	1
2.4 Outras		

Fonte:

QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	212	0
2. Proporcional	27	4

Fonte:

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
• Área Fim	7	7	7	7	
• Área Meio	1	1	1	1	
Nível Médio					
• Área Fim	4	4	4	4	
• Área Meio	3	3	3	3	

Fonte:

Obs: Os estagiários são remunerados diretamente pelo MAPA e não pela UG.

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.

Valores em R\$ 1,00

EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.								Valores em R\$ 1,00
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	5.917.911,89	696,34	2.810.840,92	305.628,82	460.028,30	273,16	32.946,29	9.528.325,72
2009	7.057.796,74	715,72	4.510.187,08	410.757,76	356.140,85	0,00	2.440,73	12.338.038,88
2010	7.711.741,85	4.316,04	4.856.649,94	464.630,28	311.111,78	129.817,00	0,00	13.478.266,89
Servidores com Contratos Temporários								
2008	2.101,32	-	1.900,00	2.660,00	2.229,92	-	11.590,00	20.481,24
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	382.954,38	84.075,20	222.168,27	44.197,66	13.404,79	-	-	746.800,30
2009	463.589,87	90.503,32	526.213,84	68.565,09	15.946,50	-	3.978,68	1.168.797,30
2010	413.697,31	82.096,05	482.391,90	60.288,77	25.894,61	7.436,00	43,68	1.071.848,32
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	367.585,73	71.411,91	275.368,53	36.570,29	46.584,92	874,65	-	798.196,03
2009	757.069,49	87.312,73	551.258,89	83.769,94	45.741,49	1.933,64	1.129,53	1.528.215,71
2010	913.504,63	89.542,42	678.868,06	101.624,73	79.606,53	44.121,64	2.200,33	1.909.468,34

Fonte: SIAPE

grupo de informação; os custos previdenciários (parte patronal) e o pagamento de FGTS devem ser desconsiderados.

LEGENDA**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

**QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
04/2008	8	12	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas
08/2008	7	15	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas

LEGENDA**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte:

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta Superintendência não se utiliza de indicadores de Recursos Humanos. Como é de vital importância esses indicadores, buscaremos junto ao Órgão Central fórmulas que possamos mensurar todas as informações referentes aos servidores desta Unidade.

6 – Informação sobre as Transferências mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS Valores em R\$
VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas									
CNPJ: 00396895/0015-20					UG/GESTÃO: 13009				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	637190	05560185000102	16.980.453,96	1.700.544,87	3.568.608,37	15.279.909,09	15/06/2009	23/06/2011	A

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Parceria
4 - Termo de Cooperação
5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: Raimunda Costa Cunha – Responsável pelo SEOF/SFA/AM

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	1	-	-	7.656.568,38	4.054.732,34	3.568.608,37
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	-	-	7.656.568,38	4.054.732,34	3.568.608,37

Fonte: Raimunda Costa Cunha – Responsável pelo SEO/SFA/AM

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2011 e seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de agricultura no Amazonas					
CNPJ:00396895/0001-20			UG/GESTÃO: 130090		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	1	16.980.453,96	15.279.909,09	0,00	89,98
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	16.980.453,96	15.279.909,09	0,00	89,98

Fonte: Raimunda Costa Cunha – Responsável pelo SEO/SFA/AM

6.1.3 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em
R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas					
CNPJ: 00396895/0015-20			UG/GESTÃO: 130090		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		15.279.909,09	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
2008	Contas prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-

Fonte: Fiscal do contrato da SFA/AM – Antônio Gil Gato Bentes

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em
R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas					
CNPJ: 00396895/0015-20			UG/GESTÃO: 130090		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
			Montante repassado (R\$)	-	-
			Quantidade de contas prestadas		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
2008	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

Fonte: Fiscal do Contrato da SFA/AM – Antônio Gil Gato Bentes

6.2 Análise Crítica

O Convênio 01/2008, ainda se encontra vigente, com término para 23.06.2011.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de administração de serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

A Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas, não possui um setor responsável pela atualização das informações no SIASG e SICONV. Quando se realiza um contrato, o Setor Administrativo faz o lançamento no Sistema SIASG, as informações sobre o mesmo, porém não há o acompanhamento das fases seguintes. Quanto a Convênios, Contratos de Repasse também não estão atualizadas no SICONV.

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

A Seção de Gestão de Pessoas (Recursos Humanos) não recebeu todas as declarações de imposto de renda dos servidores que ocupam cargos de chefias nesta Superintendência, por conseguinte, não houve cumprimento das obrigações estabelecidas em lei.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X		
Considerações Gerais: Esta Superintendência, ao preencher o quadro acima, verificou que precisamos implementar de imediato as questões ambientais nas aquisições de bens e materiais, assim como uma campanha de conscientização aos servidores desta SFA/AM.						
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

11. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Amazonas		
	Manaus	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	PAÍS “n”	0	
Subtotal Exterior			0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	-	-
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	-	-
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		-	-
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		-	-

Fonte:

Obs: Não se aplica a esta Unidade

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130090	0255006435009	18	B		22.10.2012	7.868.271,62		
Total							Σ	Σ

Fonte: Sr. Flory Pereira – Servidor da SFA/AM - Patrimônio

12. Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			x		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	x				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	2				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	x				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				x	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					x
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			x		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		x			

Considerações Gerais:**LEGENDA****Níveis de avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos n.ºs. 5.355/2005 e 6.370/2008

No exercício de 2010 foi utilizado o cartão corporativo em duas oportunidades, conforme descrição abaixo, tendo sido prestado contas dentro do prazo dos valores disponibilizados.

Data	Nomes	Valores	Prestação de Contas	Elemento de despesa
23.04.2010	Consuelo de Maria D'Ávila	4.000,00	2.561,10	3390.30
23.04.2010	Consuelo de Maria D'Ávila	2.000,00	1.527,70	3390.30

14. Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

QUADRO A.14.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação

Fonte:

Não se aplica a esta Unidade

14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

QUADRO A.14.2 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

Valores	2008		2009		2010	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia						
Contrapartida						
Medidas de Compensação						

Fonte:

Não se aplica a esta Unidade

14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

QUADRO A.14.3 – CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE

QUADRO A.14.4 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Não se aplica a esta Unidade

14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídica

QUADRO A.14.5 – BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE

QUADRO A.14.6 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Não se aplica a esta Unidade

14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

QUADRO A.14.7 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ

Renúncia	Programas	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010

Não se aplica a esta Unidade

14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

QUADRO A.14.8 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

SITUAÇÃO	2008		2009		2010	
	QTD.	VALOR	QTD.	VALOR	QTD.	VALOR
PC NÃO APRESENTADAS						
PC AGUARDANDO ANÁLISE						
PC EM ANÁLISE						
PC NÃO APROVADAS						
PC APROVADAS						

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE

14.7 Comunicações à RFB

QUADRO A.14.9 - COMUNICAÇÕES À RFB

Renúncia	2008				2009				2010			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.

Não se aplica a esta Unidade

14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas**QUADRO A.14.10 - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS**

ANO	METAS				RENÚNCIA/PI B (%)	GERAÇÃO DE EMPREGOS	
	DESCRIÇÃO	INDICADOR	PREV.	REAL.	NAC.	DIRETO S	INDIRET OS
2008							
2009							
2010							

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE

14.9 Declaração

Não se aplica ao gestor desta Unidade.

14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB**QUADRO A.14.11 - AÇÕES DA RFB**

Renúncia	Fiscalizações	Autos de Infração		Recolhimento	
		Qtd. Empresas	Valor (R\$)	Qtd. Empresas	Valor (R\$)
TOTAL					

Não se aplica a esta Unidade.

15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a unidade jurisdicionada ou as justificativas para o seu não cumprimento.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício**QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

UNIDADE JURISDICIONADA					
DENOMINAÇÃO COMPLETA:					CÓDIGO SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAZONAS					2800
DELIBERAÇÕES DO TCU					
DELIBERAÇÕES EXPEDIDAS PELO TCU					
ORDE M	PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
1	TC-006.070/2004-5	2.077/2004	1	DE	OFÍCIO 001/2010-GAB
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA DETERMINAÇÃO E/OU RECOMENDAÇÃO					CÓDIGO SIORG
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO-AM					
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO:					
PROVIDENCIAR O RECOLHIMENTO INTEGRAL, POR PARTE DA SERVIDORA MÔNICA COSTA NORONHA, REFERENTE AO SUPRIMENTO DE FUNDOS (OBS N°S. 397/97 E 1.123/97 NOS VALORES DE R\$ 1.600,00 E 1.800,00					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO					CÓDIGO SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAZONAS					
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA:					
A SERVIDORA JÁ HAVIA RESSARCIDO À UNIÃO DE FORMA PARCELADA OS VALORES DOS SUPRIMENTOS DE FUNDOS MENCIONADOS, E ATRAVÉS DA GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO DE 12.02.2010, A SERVIDORA FEZ O PAGAMENTO DE R\$ 1.006,39 REFERENTE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, DESDE A SUA ORIGEM.					
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS					
ATRAVÉS DO OFÍCIO N° 121/2010/SPA-SFA/AM, ESTA SUPERINTENDÊNCIA COMUNICOU À SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO DO TCU NO AMAZONAS, AS MEDIDAS TOMADAS, ASSIM COMO ANEXOU CÓPIA DA GRU.					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					
NÃO TIVEMOS NENHUMA DIFICULDADE NA COBRANÇA, VISTO QUE A SERVIDORA JÁ ERA CIENTE DA RESPONSABILIDADE DO PAGAMENTO E QUANDO CHEGOU NESTA SUPERINTENDÊNCIA A RECOMENDAÇÃO NO DIA 13.01.2010 A SERVIDORA JÁ HAVIA EFETUADO O PAGAMENTO NO DIA 12.02.2010					

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Não se aplica a esta Unidade

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas			2800
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	2008		Solicitação de Auditoria
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Controladoria Geral da União			
Descrição da Recomendação:			
Informar se havia alguma modificação no Plano de Providências Permanente pendentes de regularização.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas			2800
Síntese da providência adotada:			
O Plano de Providências é referente ao exercício de 2008, e muitas das recomendações já foram atendidas, porém há algumas pendências que não foram regularizadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Esta Superintendência vem buscando atender às recomendações. Há poucas pendências a serem solucionadas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas			2800
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	2008		Solicitação de Auditoria
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Controladoria Geral da União			
Descrição da Recomendação:			
Atualizar Plano de Providências			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Alguns itens do Plano de Providências ainda não foram regularizados por diversos fatores, mas há um comprometimento desta Unidade em regularizá-las neste exercício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno

Esta Superintendência não possui uma Unidade de Controle Interno.

B. Informações contábeis da Gestão (Parte B – do ANEXO II da DN TCU nº 107/2010)
Declaração com Ressalva

1 Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPERINT. FED. DE AGRIC., PEC. E ABASTECIMENTO/AM		130090	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração .			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	CRC nº	006624/T-GO